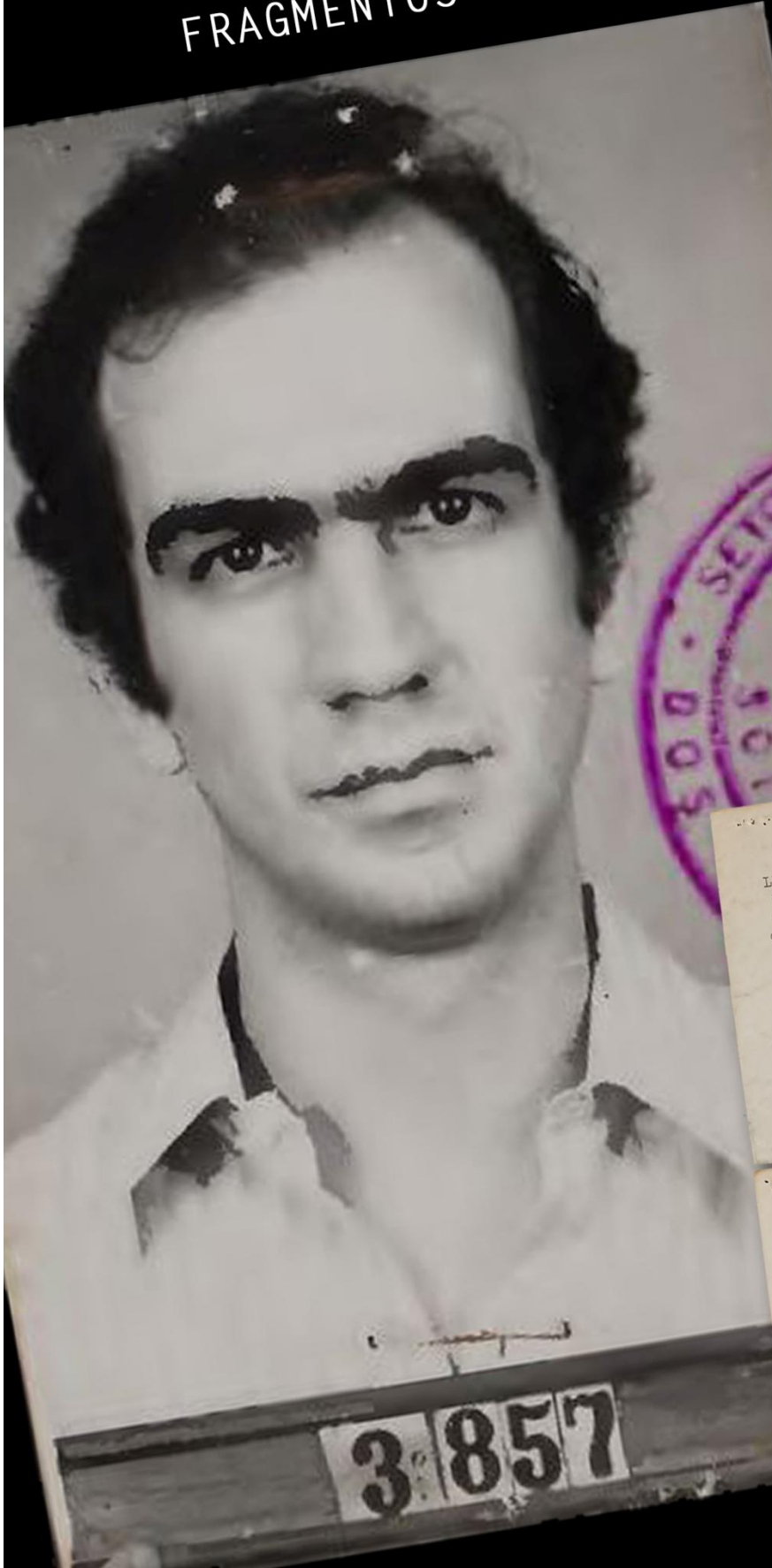


# SUBVERSIVO

FRAGMENTOS DA VIDA DE LUIZ ALBERTO SANZ

Gabriel Vasconcelos



LUIZ ALBERTO BARRETO LEITE SANZ  
Elemento Banido do Território Nacional.  
Destino: Suécia.  
PASTA Nº 126 DOC Nº 02  
- Revogado o Banimento - Emenda Constitucional nº 11 de 13 de Outubro de 1.978, Vigorando a partir de 1º de Janeiro de 1.979. "Folha da Tarde" - 03/01/79.  
= Exilado que quer voltar ao Brasil.  
PASTA 112 DOC 03  
Profissão: Jornalista.  
- Sobrestado o Processo nº 162/70 (VPR) - 2ª Aud. da 2ª CUM - em virtude de ter sido banido do Brasil.



LUIZ ALBERTO BARRETO LEITE SANZ ( Jean )<sup>ca</sup> (Bernardo) comunista,  
Encontrava-se no Chile, durante o governo, de Allende, até 11/09/73. 10.08.73  
citado por Ladislav Dowbor (Nelson) .  
Destino: Argentina - após/73.  
-consta de relação de banidos, publicada em 18/2/78,  
pela FOLHA DE SÃO PAULO.  
Nome falso: Antonio Da Cruz Filho  
Org. Subv.: VAR/PALMARES.  
Citado por: Joel Rufino dos Santos em 20/08/73.  
Pai: José Antonio Sanz Affonso  
Mãe: Luiza Azevedo Barreto  
Nascido a 22/05/43. Natural de Rio de Janeiro-RJ.  
Participou de vários congressos da UNE. Signatário

Manifesto do UNE, Sociais e Pró-Libertação da União, Silveira. Assinado manifestos contra a Constituição de 1967  
Pasta nº 112 Doc. nº 02 FLS Nº 41

Elemento banido do Território Nacional pelo decreto nº 68.050 de 13/01/71.

- 11/1/71 terrorista trocado p/ Embaixador Suíça, membro do PCB (1968) e passou p/ COLINA-MG, chefe do Setor Docum. VPR de falsif. docum., preventiva 20/5/70, estava preso em S. Paulo.

## **Projeto Experimental em JORNALISMO**

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS)  
Curso de Comunicação Social

### **SUBVERSIVO - FRAGMENTOS DA VIDA DE LUIZ ALBERTO SANZ**

Projeto Experimental apresentado por Gabriel Ferreira Vasconcelos, matrícula 10930021, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social habilitação Jornalismo – sob a orientação de João Batista de Abreu.

IACS/UFF  
Niterói  
Julho de 2015

Ao amigo Luiz Alberto Sanz, que venceu a ditadura, mas ainda luta por uma democracia plena no Brasil.

## AGRADECIMENTOS

À UFF, que me ensinou a pensar.

Aos meus pais, Osvaldo e Cláudia, que me fizeram honesto.

À minha namorada Mariana Ayres, por todo o amor e paciência.

Ao professor e amigo Alceste Pinheiro, que me ensinou a escrever.

Ao professor João Batista, pela orientação e o copidesque preciso.

À amiga Tathiana Marcelli, pelo carinho com que desenhou a capa e a contracapa.

*Amigos meus, está chegando a hora  
Em que a tristeza aproveita pra entrar  
E todos nós vamos ter que ir embora  
Pra vida lá fora continuar...*

“Amigos Meus”, de Vinícius e Toquinho.

## **RESUMO**

“Subversivo - fragmentos da vida de Luiz Alberto Sanz” é um ensaio sobre a vida deste cineasta e professor aposentado do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (IACS), que foi preso, torturado e banido do país pelo Regime Militar entre 1970 e 1979. Feito sob o formato de grande reportagem, o texto se divide em três partes colocadas não cronologicamente, que narram a fuga de Sanz e sua família do Chile após o golpe de Augusto Pinochet; sua incursão na Luta Armada, prisão e tortura; e o desenvolvimento de sua carreira como cineasta, além das dificuldades do exílio no Chile e na Suécia. A partir do registro das experiências de Sanz, a ideia é contribuir para a construção de uma memória crítica sobre a ditadura civil-militar no Brasil.

Palavras-chave: Sanz; Ditadura; Tortura; Exílio; Cinema.

## SUMÁRIO

### Parte I. O segundo golpe

1. Onze de Setembro, as primeiras horas.....	7
2. La Moneda.....	10
3. Quando a história se repete.....	13
4. À espera da resistência.....	16
5. Arenas da morte.....	18
6. Operação Vicuña Mackenna 41.....	21
7. Território Livre.....	23

### Parte II. Mergulho Subversivo

8. Vida Clandestina.....	29
9. Um relato da tortura.....	33
10. Conteúdo subversivo.....	36
11. Reflexões do cárcere.....	37

### Parte III. Vidas Provisórias

12. No Brasil, o início.....	39
13. No Chile, o cinema como ofício.....	41
14. Na Suécia, mais um recomeço.....	47
15. Um país de sistemas.....	51
16. Imigrantes em Estocolmo.....	53
17. Depois de estiva e chocolate, o Cinema.....	57
18. Até quando chegar o momento.....	58

## O SEGUNDO GOLPE

### Onze de Setembro, as primeiras horas

Transmitir uma história é ato falho incontornável. Ao contarmos aquilo que não vivenciamos, preenchemos as lacunas da reconstituição tardia a partir de nossa apreensão. Distorcemos os fatos com os olhos. A ficha caiu logo ao fim da primeira meia hora de entrevista gravada, quando perguntei ao anarquista carioca Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, ou apenas Sanz, como estava o céu do Chile no dia 11 de setembro de 1973. “Era pré-primavera. O céu estava claro e fazia muito sol. Foi um dia belíssimo”, respondeu.

O detalhe foi revelador: sem perceber, eu sempre tinha associado dias de naufrágio da democracia a uma atmosfera nublada, tempestuosa. Descobria, então, que o clima não varia ao sabor da política. Mesmo assim, como Sanz me explicaria pouco depois, aquele céu aberto trouxe uma noite muito fria. De fato, em regiões de clima temperado como a capital Santiago, a falta de um teto de nuvens permite que o calor acumulado durante o dia se dissipe na ausência do sol. O detalhe me permitiu adaptar os fatos aos sentimentos. Isso porque naquela terça-feira, o calor da “Via Pacífica para o Socialismo” se fora com a vida do então presidente Salvador Allende e sua Unidade Popular. Os 17 anos seguintes se limitaram a uma única noite fria na história do Chile, pensei, recobrado da emoção.

Naquele dia, Sanz acordou de sobressalto, atrasado para o trabalho. Dormira pouco porque se alternara com a mulher Odila<sup>1</sup> nos cuidados ao filho João Luiz, o “Joca”. O bebê chorara a noite inteira. Ainda não tinha completado três meses de vida, mas já sofria com a falta do leite materno, que secara. À época, Odila cuidava do filho em tempo integral e Sanz trabalhava no Departamento de Cinema da *Universidad de Chile*, supervisionando e realizando filmes para o governo da Unidade Popular (UP). “Estávamos a caminho de terminar um documentário sobre seis mulheres operárias da nova fábrica de edifícios pré-fabricados que a UP tinha montado em Valparaíso com recursos soviéticos. Elas eram operadoras de guindastes. A função permitia uma entrada forte da mulher no mundo masculino, o que queríamos mostrar”, explicou.

---

<sup>1</sup> Maria Odila Rangel (1944 – 2009).

Como pegava às 9h da manhã e já passava das 8h, Sanz se aprontou rapidamente e não ligou, como de costume, o rádio. Apressado, deixou a pequena casa no conjunto residencial *Villa Santa Isabel*, na comuna operária de *La Granja*, na parte que hoje forma a comuna de *San Ramón*, em direção à universidade, no Centro. O trajeto durava cerca de 40 minutos de ônibus, mais uma caminhada de dez minutos. No curto espaço até o ponto, ao passar em frente a um armazém vizinho, notou que o dono, um uruguaio de meia idade, falava algo sobre militares com algumas senhoras em castelhano acelerado.

Sanz não deu atenção. Conversas daquele tipo eram comuns à época. Com quase três anos de Unidade Popular a duras penas no poder, a atmosfera política no Chile era de radicalização total. Apoiado pelos partidos da base, pela massa operária e por uma pequena parcela progressista da classe média, o governo Allende sofria oposição implacável do Partido Nacional (PN), de alas da Democracia Cristã (DC), e da burguesia industrial e agrária, que reuniam os mais abastados, e grande parte da classe média chilena. Além disso, fora do jogo democrático, mas conjunturalmente ao lado da oposição, também cresciam organizações de extrema-direita, como a paramilitar *Frente Nacionalista Patria y Libertad* (PyL) e setores golpistas das Forças Armadas. Confrontos destes grupos com os radicais do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR, na sigla em espanhol), além de atentados e até tentativas de desestabilizar o governo, aconteciam com frequência.

Fora assim dois meses e meio antes, no dia 29 de junho daquele ano, quando o Regimento Blindado Nº 2 do Exército chileno, liderado pelo tenente-coronel Roberto Souper, tentou um golpe, sem sucesso. O movimento, conhecido por “*El Tanquetazo*”<sup>2</sup>, chegou a abrir fogo contra a sede do governo chileno, o *Palacio de La Moneda*, mas foi contido pelas alas constitucionalistas do Exército, então sob o comando do General Carlos Prats.

---

<sup>2</sup> Na manhã do dia 29 de junho de 1973, cerca de 80 homens em 16 veículos armados, incluindo tanques M41 Walker Bulldog, avançaram rapidamente até o centro de Santiago e cercaram o Palácio de La Moneda e o prédio do Ministério da Defesa. A dois minutos das nove horas, os rebelados abriram fogo com suas metralhadoras, ao que as tropas do Comandante do Exército Carlos Prats responderam à altura. A ideia era abafar a intencionalidade até o meio-dia, mas antes mesmo desse prazo, as tropas golpistas se viram cercadas, oferecendo a Prats a nobre coerção “pelo diálogo”: ele caminhou de blindado em blindado ordenando a rendição. O breve tiroteio em pleno horário comercial no centro da cidade deixou cinco civis mortos. Entre eles estavam uma funcionária da matriz do Banco do Chile e o cinegrafista argentino Leonardo Henrichsen que, com a câmera ligada, filmou o próprio assassinato: seu último registro é do exato momento em que um soldado sublevado mira e dispara em sua direção.



O presidente não estava no palácio durante o ataque. Da residência presidencial, na Avenida Tomás Moro, Salvador Allende transmitiu, pelo rádio, a decisão de resistir àquela intencionalidade e exortou seus eleitores a reagirem. “Chamo o povo para que tome as indústrias, mas não para ser vitimado. Que o povo saia à rua, mas não para ser metralhado. Que tenham prudência com o que trouxeram nas mãos. E, se chegar a hora, armas terá o povo. Mas confio nas Forças Armadas, leais ao governo”, discursou. Apenas poucos curiosos colocaram a cara na janela naquela manhã premonitória.

“Será que aquele pessoal tentou uma rebelião de novo?”. A preocupação com o horário logo foi substituída por uma angústia maior, que esclareceu o castelhano ligeiro dos vizinhos. O “*Tanquetazo*” estava fresco na memória de Sanz e de todos os chilenos. Antes mesmo de entrar no ônibus, ele entendeu que se podia tratar de uma nova investida dos golpistas, desta vez certamente mais bem planejada. Em sua opinião, aliás, o ataque anterior fora apenas um “balão de ensaio”. “Eles não pretendiam atacar o palácio, só queriam ver o que aconteceria se houvesse uma revolta. Como houve mudanças no tabuleiro e algumas tropas fiéis se mobilizaram, puderam ver quem tinham de neutralizar”, explica. Se levarmos em conta as análises do mais tarde ditador Augusto Pinochet, Sanz tinha razão. Nas palavras frias do autocrata, aquele dia “serviu para que os serviços de inteligência das Forças Armadas pudessem medir a capacidade das forças paramilitares pró-UP, registrar o tipo de arma que usavam e comprovar que os chamados de Allende ao povo praticamente não tiveram eco”.

No ônibus, os operários ouviam atentamente o rádio com volume alto. Os militares tinham tomado a maioria das rádios e transmitiam, eles próprios, orientações à população e ameaças ao governo. Se o presidente não se rendesse até às 11h, diziam, o *Palacio de La Moneda* seria bombardeado. Imprensa, rádios e canais de televisão favoráveis à UP também deviam suspender as atividades sob a ameaça de castigo aéreo e terrestre, o que logo viria a acontecer com o bombardeio de algumas torres de transmissão. Além disso, foi determinado que “o povo de Santiago” permanecesse em casa para evitar vítimas e denunciasse a presença de estrangeiros, potenciais subversivos vindos de países onde ditaduras já haviam se instalado. Nesse sentido, atenção especial foi dada aos brasileiros, à época em grande número no Chile. Sanz sabia disso e decidiu seguir viagem em silêncio até o Departamento de Cinema, na Rua Amunátegui, a duas quadras do *La Moneda*, para se inteirar dos acontecimentos.

Com o entorno do palácio cercado pelas tropas golpistas, no entanto, o caminho do coletivo foi desviado para o outro lado do rio *Mapocho*, que corta Santiago. Isso fez com que a maioria dos passageiros decidisse saltar. Sanz fez o mesmo para não chamar atenção. Os passageiros ainda se dispersavam, quando ele foi atrás de uma moça. Pelo sotaque e o nervosismo com que ela falara ao entrar no ônibus, Sanz percebeu que se tratava de uma brasileira. “Posso falar contigo?”, perguntou para o susto da jovem. “Quero saber o que está acontecendo, você sabe?”. Apressada, a moça disse tudo o quanto Sanz já sabia e seguiu seu caminho. Acostumados aos tempos de exceção no Brasil, não perguntaram o nome ou o destino do outro. Toda discrição era pouca dali em diante.

Hoje, Sanz confessa que teria sido mais prudente voltar para ficar com a mulher e o filho. Naquele momento, porém, preocupação e agitação ocupavam o mesmo espaço. Ele resolveu, então, atravessar a ponte em sentido contrário para procurar uma amiga, a dirigente da Juventude Socialista e funcionária do Ministério da Defesa Isabel Varela. De licença maternidade, provavelmente ela estaria em casa. Isabel devia saber o que se passava e morava relativamente perto, atrás de um conjunto de prédios construído para receber a Conferência das Nações Unidas para o Comércio (UNCTAD) que, àquela altura, já servia como um dos quartéis gerais dos golpistas. No início dos anos de chumbo, o prédio viria a servir de sede da Junta Militar de Governo.

A mãe e a filha, de nome Mariana, estavam em casa. O pai, à época um vereador de Santiago e dirigente socialista casado, não vivia com Isabel e dificilmente apareceria naquele dia conturbado. Com as duas em segurança, Sanz chegou e logo saiu mais uma vez em direção à Universidade atrás de orientações do Partido Socialista (PS), ao qual era filiado. No caminho, encontrou um casal de artistas gráficos conhecidos seus, a norte-americana Alicia Gordon e o mexicano Chac Manzana. Ambos trabalhavam com o poeta Thiago de Mello no Instituto de Capacitação e Informação da Reforma Agrária (ICIRA) e disseram que não havia jeito de chegar porque tinha estourado um tiroteio com mortos e feridos.

### **La Moneda**

Exatamente às 9h15min os golpistas começaram a atirar contra o *La Moneda*, sendo rechaçados por atiradores governistas da janela do palácio e prédios vizinhos. A resistência de momento foi organizada pelo próprio Allende. Eram membros de sua

guarda pessoal, o chamado *Grupo de Amigos Personales* (GAP), além de ministros e funcionários administrativos, que usaram o próprio armamento abandonado pelos carabineiros alocados no palácio.

Análogos aos policiais militares no Brasil, os carabineiros desertaram após um golpe interno na corporação. Ignorando seis oficiais mais antigos, César Mendoza assumiu as telecomunicações da instituição e passou a transmitir ordens para as unidades de polícia em todo o país. Naquela madrugada, José Toribio Merino fizera o mesmo na Marinha. A Armada iniciou o *putsch* logo após a meia-noite, com a prisão domiciliar do Comandante Raúl Montero e um motim na base de Valparaíso. Exército e Aeronáutica aderiram por vontade de seus comandantes, à época, Augusto Pinochet e Gustavo Leigh, respectivamente.

Era uma batalha perdida. De um lado todo o aparato de defesa do país e, do outro, pouco mais de 50 civis parcamente armados. Allende logo percebeu a dimensão dos fatos. Tanto que, como contam testemunhas, após tomar a decisão simbólica de resistir, pediu a todos que abandonassem o prédio para evitar mortes, o que foi rechaçado pelo grupo. A compreensão do cenário ficou clara em seu último discurso, transmitido à revelia dos militares por uma única frequência, a da *Radio Magallanes*, porta-voz oficial do Partido Comunista e única emissora legalista ainda no ar.

“Diante destes fatos só me cabe dizer aos trabalhadores: Não vou renunciar! Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade ao povo. E lhes digo que tenho a certeza de que a semente que entregamos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos, não poderá ser ceifada definitivamente. [Eles] têm a força, poderão nos avassalar, mas não se detém os processos sociais nem com o crime nem com a força. A história é nossa e a fazem os povos”, disse o presidente minutos antes dos primeiros disparos.

Sanz não ouviu o discurso. Àquela altura, pensava em um jeito de voltar para casa. Como a qualquer momento poderiam começar a revistar residências, lojas e escritórios atrás de partidários da UP, convidou a amiga para ir junto. Atravessou mais uma vez o rio *Mapocho* em busca de ajuda, desta vez na produtora do conhecido diretor de cinema Jorge Durán, que ainda naquele ano se radicaria no Brasil. No local, estavam o irmão de Durán e um assistente, que se prontificaram a levá-los no jipe da produtora. Mas, com a ponte bloqueada pelos militares, seria preciso vir ao encontro do carro. Assim foi feito. Isabel aprontou uma trouxa de roupas e uma mala e entregou a Sanz. Disfarçados como uma família chilena, ela foi com Mariana no colo e ele, calado,

segiu atrás com o pacote. Passaram com certa facilidade e, de jipe, seguiram para a casa de Sanz. O vai e vem durou, aproximadamente, duas horas.

Quando chegaram, encontraram Odila muito assustada com a situação e a iminente perseguição aos estrangeiros. Por volta do meio-dia, podiam ouvir ao longe as explosões no *La Moneda*, que começara a ser bombardeado por dois caças *Hawker Hunters*, após as sucessivas negativas de rendição de Allende. Ao todo, segundo o jornalista Maurício Brum, durante breves 25 minutos foram lançados 79 mísseis sobre o palácio. Granadas de gás lacrimogêneo também foram jogadas por entre os escombros para sufocar os resistentes. Apesar de toda a violência, apenas duas pessoas morreram, e por suicídio. Primeiro, em meio ao bombardeio, o diretor da Televisão Nacional Augusto Olivares e, depois, o próprio Salvador Allende. Após ordenar que todos deixassem o prédio por uma saída lateral, o presidente se isolou no Salão Independência e, sentado no sofá com o fuzil AK-47, que ganhara de Fidel Castro, preso entre as pernas, disparou sobre o próprio queixo, morrendo na hora. Na saída do prédio, 56 pessoas foram detidas, das quais 24 seriam executadas nos dias seguintes, quando a caçada aos membros da UP seria institucionalizada.

Alheios aos detalhes do complô, mas atônitos, Sanz e a mulher decidiram que Isabel também não poderia permanecer ali com a filha. O mais seguro seria telefonar para que seus pais fossem buscá-las. O problema é que o pai e o irmão de Isabel eram militares e, muito provavelmente, estavam envolvidos na ação golpista. Pouco antes daquele dia, o pai dela, o Almirante Varela, reformado, fora reconvocado pelo Estado Maior para assumir um alto cargo no departamento de pessoal da Marinha. “Tenho para mim que ele foi fazer a preparação do golpe, limpar os gabinetes, transferir quem pudesse ser um obstáculo e designar pessoas de confiança para os cargos-chave. A Marinha foi dura na questão do golpe, aderiu em bloco e pensamento”, conta Sanz em sua cadeira de balanço, com o olhar perdido como se enxergasse o passado.

Ainda pior do que o pai almirante era o irmão, que também militava no *Patria y Libertad*. O caso mostra bem a polarização radical da sociedade chilena, só superada por relações familiares. Embora fossem brigados pelas agudas divergências políticas, pai, irmão e filha estavam naturalmente ligados pela figura materna. “Isabel nos disse para não nos preocuparmos porque sua mãe não deixaria que ninguém fizesse mal a quem salvou a neta dela, e nós confiamos”, lembra Sanz. Como telefone em casa ainda era um luxo de poucos, Odila, que tinha um castelhano perfeito, foi ao orelhão mais próximo e telefonou. Ansiosos, os três esperavam pelos Varela.

À tarde, poucas eram as informações disponíveis. Censuradas, as estações de rádio alternavam orientações pontuais dos golpistas com longas e tediosas marchas militares. Da janela, Sanz podia ver e ouvir helicópteros das Forças Armadas, que sobrevoavam a região. Perto dali ficavam duas favelas, as chamadas “*poblaciones callampas*”: *La Bandera*, que era um reduto socialista, e *La Victoria*, comunista.

De fato, segundo o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, desde o mandato anterior, do democrata-cristão Eduardo Frei, as *poblaciones* vinham crescendo exponencialmente com a intensificação do êxodo rural chileno. Cinco anos antes do golpe, ainda em 1968, meio milhão de pessoas, algo entre 20% e 25% da população de Santiago, viviam nessas comunidades em condições paupérrimas. Era de lá que Sanz esperava alguma reação ao golpe. Os militares também. Por isso, ocuparam estas localidades com extrema violência, vigiando de perto os moradores e executando quem oferecesse resistência.

### **Quando a história se repete**

Pouco antes das 18h, o horário do toque de recolher estabelecido pelos militares naquele dia, um carro estacionou em frente à casa. Claramente contrariado, o irmão, que conduzia o veículo, não falou uma só palavra. Acompanhou tudo como um “dois de paus”, enquanto a mãe agradecia ao casal de amigos e Isabel se acomodava com o bebê no carro. Partiram. Sanz só veria a amiga outra vez na Europa. Assim como o pai da criança e muitos outros chilenos militantes de esquerda, ela fugiu para a Espanha que, mesmo sob a ditadura de Francisco Franco, recebeu refugiados da antiga colônia. Na Catalunha, Isabel trabalhou em uma editora de livros.

A sós com Odila e o filho Joca, era hora de Sanz decidir o que fazer. Fazia três anos desde que chegara ao Chile e, ao contrário de alguns compatriotas que mantinham as atenções voltadas exclusivamente para o Brasil, optou por integrar-se social e politicamente no país vizinho. Somou-se ao Cine Experimental<sup>3</sup> como realizador

---

<sup>3</sup> O Cine Experimental foi uma unidade de produção cinematográfica criada em 1957 de maneira independente pelos cineastas e estudantes de Arquitetura Sergio Bravo e Pedro Chaskel. Em 1961, o movimento se incorporou à estrutura burocrática da Universidade de Chile, sob o nome de Departamento de Cine Experimental, ao qual se subordinou, posteriormente, a Cinoteca Universitaria. Com forte apelo documental, o movimento amadureceu nos anos 1960, reunindo destacados cineastas que posteriormente integrariam o chamado *Nuevo Cine Chileno* da década de 1970, como Raúl Ruiz, Miguel Littín, Pedro Chaskel, Héctor Ríos, Helvio Soto, Álvaro Ramírez e Carlos Flores. Fechada após o golpe de 1973, a Cinoteca foi reaberta em 2008 com a missão de preservar a memória do movimento e pensar o cinema chileno contemporâneo.

cinematográfico contratado pela *Universidad de Chile* e, na política propriamente dita, se filiou ao PS. “Tudo o que fiz em minha vida tinha uma razão política, no trabalho, na minha vida pessoal, em tudo, onde quer que estivesse”, resume.

Ao enxergar a necessidade de um socialismo global e uma América Latina unida, ele seguia, à sua maneira, a cartilha de Ernesto Che Guevara. Che, conta Sanz, foi a figura responsável por sua inflexão política à esquerda na juventude, à época da Revolução Cubana (1959), quando ainda frequentava o conservador Colégio Militar do Rio de Janeiro. Por isso, de alguma forma, ele não se sentia um mero imigrante, mas parte do processo político chileno. Decerto, não poria o filho em perigo, mas, em um primeiro momento, decidiu aguardar orientações da resistência organizada, que jamais chegariam.

Da casa, podiam-se ouvir estampidos. Naquela noite, os disparos cortavam o som constante da patrulha de helicópteros, cuja luz dos refletores invadia vez por outra o quarto do casal. A sensação era de que a história se repetia diante dos olhos, quase dez anos depois do golpe que depusera o presidente João Goulart no Brasil. A frustração era inevitável. Além das expectativas sociopolíticas que nutria, haviam nascido, naquele período, muitos filhos de revolucionários. “Era um sinal de esperança”, diz ao listar pelo menos oito filhos de amigos que compartilhavam sua visão de mundo.

Mas o grande susto ficou mesmo a cargo dos chilenos. Assim como os demais brasileiros, Sanz era experimentado em matéria de golpe e sabia que mudanças estruturais, como a elevação dos salários, aceleração da reforma agrária e nacionalização de empresas e minas de cobre, não passariam imunes a uma reação das elites conservadoras. “Antes daquilo tudo, eu já havia expressado minha preocupação a amigos algumas vezes. Sempre desconversavam. Diziam que o Chile tinha dinâmica própria, diferente do Brasil e dos outros vizinhos, diziam que sua democracia tinha mais de 100 anos”, lembra. Por mais de uma vez, essa mesma percepção chegou aos ouvidos de Moniz Bandeira, como relatado na introdução do livro “Fórmula para o Caos”, sobre a ascensão e queda de Allende. Na obra, o historiador questiona a razão de tanta confiança:

Jamais acreditei que Salvador Allende pudesse sustentar-se por muito tempo no governo. O Chile nunca fora um país tão estável como se propalava. Em 150 anos, desde a independência até 1970, lá houve quatro guerras civis e também golpes de Estado, que derruíram os governos existentes. E o fato de que desde 1932 não ocorria um golpe de Estado não significava que a ameaça não existisse. As circunstâncias históricas são mutantes. E o Chile não

recebera nenhuma vacina contra o golpe de Estado. O excepcionalismo do Chile afigurava-se-me como um mito (BANDEIRA, 2008, p. 36).

Objetivamente, o *putsch* foi deflagrado para evitar que Allende atendesse as alas mais moderadas da coalizão e convocasse um plebiscito que decidiria sobre a continuidade de seu governo. Seria uma resposta à crise política, que reforçaria sua legitimidade ou encerraria democraticamente aquela experiência. Pinochet e Herman Brady, então comandante da Guarnição do Exército em Santiago, souberam da ideia do plebiscito pelo próprio presidente, no dia 9 de setembro, durante uma consulta de confiança. Por isso, adiantaram o golpe até então previsto para o dia 14, quando se davam os ensaios para o desfile da independência e o deslocamento de tropas passaria despercebido.

Em verdade, a última cartada da oposição viria mais cedo ou mais tarde. Além da pressão dos partidos e organizações contrárias às políticas de Allende, grupos de mídia hegemônicos como o periódico *El Mercurio* e instituições oficialmente ligadas aos Estados Unidos (EUA), como sua missão diplomática no Chile encabeçada pelo secretário de Estado Henry Kissinger, e a agência de inteligência CIA, fomentavam há algum tempo a quebra institucional com ações que buscavam inviabilizar o Executivo por meio da paralisação econômica. Os EUA temiam que o primeiro<sup>4</sup> governo marxista democraticamente eleito no Cone do Sul tivesse êxito em sua política de “*vino y empanadas*”<sup>5</sup> e servisse de exemplo para países vizinhos ou mesmo da Europa, desequilibrando a disputa entre capitalistas e socialistas na disputa sistêmica da Guerra Fria. A estratégia norte-americana foi fazer a economia chilena “gritar de dor”, conforme recomendou textualmente o presidente Richard Nixon à CIA.

Por três anos, Washington promoveu um bloqueio invisível contra a UP, pressionando instituições financeiras a suspenderem empréstimos ao país e cortando ajudas bilaterais, com exceção daquelas dirigidas às Forças Armadas. O boicote conduziu aos caos econômico. Em 1972, a inflação estava fora de controle, a população sofria com a escassez de produtos e greves paralisavam a economia a todo o momento. A maior delas aconteceu em setembro daquele ano por parte dos proprietários de

---

<sup>4</sup> Já na América Latina, o primeiro governo de tendência marxista democraticamente eleito foi o do militar Jacobo Arbenz Guzmán, que liderou a Guatemala entre 1951 e 1954 e foi deposto por um golpe de estado arquitetado pela CIA. Arbenz tentou promover uma reforma agrária que mexeria com os interesses de empresas norte-americanas detentoras de grandes faixas de terra, como a United Fruit Company. Foi o primeiro dos muitos golpes fomentados pelos EUA na região dentro do contexto da Guerra Fria.

<sup>5</sup> A inédita implantação do socialismo por via democrática no Chile era conhecida como “*socialismo con sabor a empanada y vino tinto*”, em referência aos dois elementos típicos da gastronomia do país.

caminhões. Anunciada pela *Confederación Nacional del Transporte*, ligada ao PyL, a paralisação foi financiada pela CIA e suspendeu o fornecimento de alimentos para as grandes cidades ao mesmo tempo em que inviabilizou o plantio da safra agrícola do biênio 1972-1973 no Chile. Esse estrangulamento interno e externo criou as condições para um golpe violento amplamente apoiado pela classe média e setores conservadores, muitos dos quais, meses depois, reprovaram a conduta autoritária dos militares.

### **À espera da resistência**

Na manhã do dia 12, ainda varado, Sanz teve de sair de casa para comprar remédio e leite em pó para Joca, mas o que queria mesmo era olhar o movimento. “As ruas estavam bastante vazias porque suspenderam o trabalho por três dias. Eu vi corpos nas ruas transversais à Avenida Santa Rosa. Era gente que eles matavam e deixavam ali mesmo para meter medo”, conta. No íntimo, o brasileiro já estava convencido de que o golpe viera para ficar, mas ainda nutria meia esperança de reviravolta, em parte alimentada por boatos. Um deles lhe foi contado naquela manhã por um companheiro do Núcleo Socialista do Instituto de Artes da Universidade do Chile, com quem esbarrou por acaso: dizia-se que Rolando Calderón — secretário geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se licenciou para ocupar o cargo de ministro da Agricultura de Allende, mais tarde acumulando o Ministério do Trabalho — estava refugiado em *La Bandera*, organizando a resistência armada.

A história era até certo ponto crível, principalmente porque Calderón havia sido um dos comandantes do Exército de Libertação Nacional do Chile, formado por militantes do PS e ligado à guerrilha de Che Guevara na Bolívia. Morador de uma favela próxima, o colega chileno disse que o movimento se organizava lentamente em função das batidas frequentes do Exército, mas garantiu que as instruções viriam logo. Sanz colocou-se à disposição, mas advertiu que evitaria sair. “Eu tinha um metro e noventa e seis, além da cara de gringo. A qualquer momento podiam me parar”, lembra. Até por isso, ambos foram até a casa de Sanz para que o chileno soubesse o endereço em caso de necessidade. Depois disso, ainda se veriam mais uma única vez, sem sucesso frente à repressão.

Sem maiores conexões com membros do partido ou acesso a nenhuma organização brasileira, Sanz se viu isolado. “Eu não tinha perspectiva ali. O companheiro da VPR (Vanguardia Popular Revolucionária) com quem eu ainda tinha



contato, o Bona Garcia, morava no conjunto operário de uma fábrica que foi invadida e massacrada. Não tinha como chegar lá”, frisa. O jeito, então, foi esperar em casa, atento ao rádio e com saídas estratégicas para reforçar o estoque de alimentos. A falta de informação, somada ao tédio e à angústia davam o tom de uma rotina cerceada, que perturbava qualquer tomada de decisão. “Contou-se que, em *Las Condes*, um capitão do Exército legalista deu combate às tropas golpistas, mas não se sabe. Houve também algum esforço no sul do país, mas logo foi sufocado e alguns companheiros fugiram para a Argentina pela Cordilheira (dos Andes). A verdade é que não tinha condição de resistir”, analisa Sanz, 42 anos mais tarde, na calmaria de um aquário que dá para o jardim de sua casa, em Itaipu, Niterói.

Naqueles dias, a tensão chegou ao ápice quando a faxineira, uma chilena que também ajudava nos cuidados a Joca, chegou com informações de que o irmão de Sanz, Sérgio, para quem já havia trabalhado, estava preso junto com milhares de militantes da Esquerda chilena no antigo *Estadio Chile*, uma pequena arena multiesportiva, com capacidade para 4,5 mil pessoas, situada na parte ocidental de Santiago, perto da Estação Ferroviária Central.

Também ligado ao audiovisual, Sérgio fora para o Chile logo após o irmão. A partir de uma carta de recomendação do cineasta Marcos Farias, conseguiu, no dia seguinte à chegada, um emprego de assistente de câmera do diretor chileno Helvio Soto, então responsável pela parte artística da TV Nacional, a televisão pública do governo da UP. Depois, já estabelecido, atuou como *freelancer* e abriu uma pequena produtora de vídeos própria em Santiago, perto do *La Moneda*.

Os negócios iam relativamente bem até o golpe. No mesmo dia, sua produtora foi atingida por uma bala perdida e o porteiro do edifício em que morava, na Providencia, bairro de classe média alta, pediu que aguardasse porque chamara o Exército para conversar com ele e a esposa Regina. Sergio optou, então, por se adiantar e cumpriu as determinações das Forças Armadas: apresentou-se à Polícia como profissional estrangeiro no Chile.

Detido, passou por uma delegacia próxima à sua casa e foi encaminhado ao estádio. Depois de três dias preso ao lado do amigo Jaime Cardoso, ex-secretário-geral PSB no Rio de Janeiro, decidiu antecipar-se mais uma vez. “O Jaime me chamou de maluco porque fui pedir para ser interrogado. Queria pegá-los (os soldados) com as calças curtas. Deu super certo. Havia uma fila na porta da sala de interrogatório, com guardas armados, aquela coisa brutal. Quando fiz o pedido, o sargento me olhou com

um ar de indiferença, como se eu fosse um idiota. Mas foi lá dentro e falou com os oficiais, que me chamaram. Eu expliquei a situação, disse que era um profissional, e eles se entreolharam meio que se questionando sobre o que fazer comigo. Até que um deles disse para eu ir embora. Afinal, se estava ali, não tinha nada a ver com aquela história”, conta Sérgio, que recebeu um prazo de pouco mais de uma semana para deixar legalmente o país. Era por volta das cinco da tarde e, a pé, ele só tinha mais uma hora para voltar à casa antes do toque de recolher instituído pelos golpistas. Uma caminhonete que seguia para *Las Condes*, passando pela Providencia, deu-lhe carona.

### **Arenas da morte**

Trinta anos depois, em setembro de 2003, o estádio em que o irmão de Sanz foi preso seria rebatizado de *Estadio Víctor Jara*, em homenagem ao célebre músico e professor da Universidade do Chile, torturado e assassinado no local pela repressão. “Assassinaram Jara ao lado do salão em que estávamos presos. Como podíamos ir ao banheiro, trocávamos informações na fila. Logo todos souberam. Ele foi morto pelo ódio que os militares tinham dele. A todo momento faziam isso. Mataram várias pessoas, prenderam uma cidade inteira”, lembra Sérgio Sanz.

Tanto o *Estadio Chile* quanto o *Estadio Nacional de Chile*, principal arena de Santiago com capacidade para 47 mil torcedores, seriam utilizados, entre setembro e novembro de 1973, como campos de concentração para inimigos do regime e estrangeiros. Só pelo *Estadio Nacional*, passaram cerca de 40 mil pessoas, encarceradas nos vestiários à noite e presas nas arquibancadas durante o dia. Um por um, eles eram interrogados e torturados à vista de todos na pista de atletismo, sendo liberados ou executados. Os massacres a céu aberto só pararam devido à pressão internacional e a vigilância de entidades como a Anistia Internacional e a Cruz Vermelha, que conseguiram entrar para verificar o estado dos detidos, o que inibiu as mortes.

Também a FIFA questionou o aparato golpista, fazendo inspeções e contribuindo indiretamente para a liberação do estádio. Isso porque estavam na iminência da partida de volta entre as seleções chilena e soviética, pela repescagem das eliminatórias da Copa do Mundo de Futebol de 1974. O jogo sequer aconteceria e o Chile de Pinochet se classificaria para o campeonato devido à recusa dos soviéticos em jogar num gramado “salpicado com o sangue de patriotas chilenos”.

Do momento em que soube da detenção de Sérgio, Sanz não teria mais notícias suas até ver estacionar em frente à casa a citroneta do irmão, um carro compacto de quatro lugares da Citroën. Era uma estudante de teatro chilena de nome Paulina, que Sérgio havia namorado, e, então, enviara para fazer contato. “Seu irmão foi solto e quer vê-los. Ele me pediu para vir aqui porque, pelas informações que tem, vocês ainda não saíram”, disse a moça. Ela cogitou levá-los consigo, mas com o filho recém-nascido e na expectativa de uma reviravolta, Sanz não deu ouvido. Àquela altura, devido à repressão, o casal reduzira as saídas a quase zero e já haviam se livrado de grande parte dos livros e documentos que tinham guardados diante da possibilidade de uma revista policial. Queimaram uma parte e, para não chamarem atenção com uma coluna de fumaça, entregaram o resto à faxineira para que fizesse o mesmo em sua *población*. Tomadas as precauções, decidiram esperar para ver se a situação pelo menos amainava.

A opção, porém, não era a mais acertada na visão de Jean Marc von der Weid, um amigo da família Sanz, que estava em viagem ao Chile. Carioca de origem suíça, Jean Marc fora presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e militava pela Ação Popular. Assim como Sanz, foi um dos 70 presos políticos da ditadura brasileira trocado pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela VPR em dezembro de 1970, na Rua Conde de Baependi, em Laranjeiras, Rio de Janeiro. Mas, em vez de se radicar no Chile, o então estudante partiu em campanha pelo mundo afora para denunciar a repressão violenta no Brasil.

Jean Marc, que chegara ao país exatamente dez dias antes do golpe, logo percebeu a gravidade da situação. Ele estava hospedado na casa de Luiz Travassos, outro militante brasileiro que também presidiu a UNE. Lá permaneceram durante os três dias do toque de recolher. “Ninguém punha o pé na rua. Quando liberaram a circulação, eu, Travassos e a namorada, Marijane, fomos para a casa do velho Amarílio Vasconcelos, do Partidão (PCB). Decidimos que sairíamos do Chile, se não, dançaríamos. Fizemos várias avaliações, inclusive uma errada, de que as embaixadas estariam cercadas. Achamos que teríamos de fugir pela fronteira”, conta Jean Marc.

Tomada a decisão, ele procurou a embaixada da Suíça a fim de alertar para sua presença no país e pedir asilo em nome dos colegas. Mas o embaixador, “um tanto reacionário”, negou, respaldando-se na política de neutralidade diplomática do país europeu. Ali mesmo, Jean Marc solicitou um documento com o selo da embaixada dizendo que ele estava sob sua proteção e, de caso pensado, pediu que o funcionário o fizesse em alemão, língua da região de origem da família de seu pai. Certo de que

nenhum oficial chileno entenderia o conteúdo, ele alegava ser diplomata suíço e passou a circular pelas ruas, embaixadas e órgãos da Junta Militar chilena, com o objetivo de conseguir asilo para os amigos brasileiros. “A última coisa que um guardinha imaginaria é que um suíço poderia ser de esquerda, um revolucionário ou coisa que o valha. O passaporte já me dava certa segurança, e com aquele documento, eu entrava e saía de qualquer lugar. Até nos operativos da Junta Militar de Santiago eu estive”, recorda. Sob o intermédio de Jean Marc, mais de uma dezena de brasileiros se asilaram, principalmente, nas embaixadas do México e da Argentina. “Ajudei a Vera Sílvia (Magalhães), o (Fernando) Gabeira, o Zé Duarte (José Duarte dos Santos), o Marcão (Marco Maranhão), o Reinaldo (José de Mello), e vários outros. Mas, em dado momento, comecei a perguntar pelo Luizão (Sanz)”.

Nenhum dos brasileiros com quem Jean Marc tivera contato naqueles dias sabia sobre Sanz e a família. Recomendaram, então, que ele procurasse o irmão, Sérgio, no primeiro andar de uma das torres *Terra Mar*, na Providencia. Já solto, Sérgio estava em casa com a mulher Regina e a filha Claudia. “Ele estava assustadíssimo com os três dias no estádio, enchendo a cara de vinho”, lembra. Após uma conversa rápida sobre os últimos dias, decidiram sair à procura de Sanz no subúrbio onde morava.

A citroneta estacionava mais uma vez em frente à casa, desta vez guiada pelo próprio Sérgio. Jean Marc saltou e foi bater a porta. Percebeu que tudo estava trancado e não havia sinais de arrombamento. Por um momento, pensou que já tivessem ido para um lugar seguro. Mas, antes de voltar ao carro, decidiu ir até os fundos da casa pelo jardim. Com o ouvido rente à porta, conta ter ouvido um barulho de algo sendo arrastado e um breve sussurro, o suficiente para chamar em voz alta. “Luizão, é o Jean Marc, porra!”. Ao grito, a porta se abriu. De quatro no chão, Sanz puxou o amigo para o lado de dentro.

Com medo de serem notados, Sanz e Odila mantinham portas e janelas trancadas, com as cortinas esticadas e as luzes apagadas. Para que ninguém percebesse um vulto sequer, deslocavam-se pelo chão quando cruzavam qualquer entrada para a luz. Ao perceber as condições insustentáveis, Jean Marc insistiu para que o casal seguisse com ele para a casa de Sérgio, que aguardava no carro. Ao saber das embaixadas, Sanz ainda hesitou. Também achava que estariam cercadas e ainda acreditava em uma possível reviravolta do jogo político. Mas, diante da insistência do amigo, acabou por concordar. E assim, apenas com o essencial, ele e a família deixaram, para sempre, aquele que um dia fora seu lar no Chile.

Ainda naquele dia, passaram em algumas embaixadas em busca de asilo. Foram à da Venezuela, que não aceitava mais gente, e à do México, lotada. Jean Marc e Sérgio explicavam se tratar de um casal com um recém-nascido, mas eram logo rechaçados. Na verdade, dias depois do golpe, a Junta Militar chilena passou a pressionar as embaixadas para que fechassem as portas. Alguns países atenderam ao pedido para evitar um estremecimento das relações com o novo regime.

A missão diplomática argentina no Chile, no entanto, bateu o pé: suas autoridades mantiveram aberto o portão da embaixada, localizada em um casarão de estilo colonial no número 41 da Avenida Vicuña Mackenna, uma ampla e arborizada via da capital Santiago. Àquela altura, devido à turbulência política que antecedeu o terceiro mandato de Juan Domingo Perón (1973-1974), os quadros da missão passavam por sucessivas mudanças: já não havia um embaixador argentino no Chile e quem geria a missão era o então encarregado de negócios Albino Gómez, um democrata convicto. “Fui instruído a dar um asilo amplo e generoso”, contou o diplomata décadas mais tarde, em entrevista ao jornal argentino *Clarín* (2003). Bancada pela parcela mais progressista da Chancelaria argentina, a atuação de Gómez se respaldou em convênios de asilo político assinados no âmbito da União Pan-americana, ainda em 1933.

Há quase uma semana auxiliando os amigos, Jean Marc von der Weid sabia da disposição da diplomacia argentina, e viu aí a saída para Sanz, a mulher e o filho. Pelo adiantado da hora, porém, ficou decidido que iriam até lá no dia seguinte pela manhã.

### **Operação Vicuña Mackenna 41**

Na casa de Sérgio, o irmão e a família foram logo acomodados em um dos quartos. Até o berço da pequena Claudía foi cedido a Joca. “Eu estava muito nervoso. Sou naturalmente desastrado, mas isso aumenta com a tensão. Lembro que esbarrei em um lustre modernoso que caiu bem na cabeça do meu filho, no berço. Fiquei apavorado. Não podíamos ir ao hospital, mas ficamos observando e não houve nada de anormal”, lembra Sanz. Ainda naquela noite, ele expressou suas preocupações com o plano de Jean Marc, para quem o melhor seria entrar pela porta principal, apesar da presença dos carabineiros que a Junta Militar designara para os arredores das embaixadas. “Eu dizia que se ele colocasse o pé dentro da embaixada, os caras não atirariam. Não queriam gerar um incidente diplomático. Mais do que isso, estavam com a arma nas costas e,

para se armar um fuzil, leva um mínimo de tempo. Mas o Luizão queria saber se não havia jeito de entrar por trás, pular o muro”, diz Jean Marc, que convenceu o amigo.

Naquela noite, Sanz teve um sono intermitente e, para se acalmar, tomou vários comprimidos de calmante. De manhã, o cansaço e a apreensão mal lhe permitiam falar. Mais uma vez, ouviu as orientações do companheiro e do irmão, enquanto Odila aprontava uma bolsa com o necessário apenas para o bebê. A manhã daquele dia 18 de setembro era, mais uma vez, ensolarada e de céu limpo, embora não tivessem tempo para admirá-la. Nessa data se comemora a independência do Chile, mas as ruas próximas estavam vazias porque as solenidades, mantidas pelo Exército, aconteceriam longe do trajeto até a embaixada. O plano era simples: guiados por Sérgio, os quatro seguiriam até uma rua perto da embaixada, onde Jean Marc, Sanz e Odila, com o filho no colo, saltariam. Enquanto o primeiro observaria tudo do outro lado da rua, a família andaria na calçada do casarão até julgar pertinente a investida.

Como não quisessem nada, Sanz e a mulher passaram pelo portão de ferro todo trabalhado em volutas, que estava escancarado com um carabineiro de cada lado. Depois de seguirem até um pouco além dos muros da embaixada, retornaram. Neste exato momento, um dos guardas deixou o posto para acender um cigarro junto ao colega em um dos cantos do portão. Era a brecha. Mas a incerteza fez com que Sanz parasse bem em frente à entrada, como que congelado, e olhasse uma última vez para o amigo na calçada oposta. “Eu queria matá-lo”, admite Jean Marc, exaltado com as mãos sobre a testa. O aceno rápido e firme de Jean, acompanhado de um “Vai!” mudo, empurraram Sanz e a mulher que, lentamente, adentraram ao jardim.

Neste momento, os dois guardas correram na direção do casal e agarraram seus braços, um de cada lado. “Era um cara imenso contra dois chilenos pequenos, daqueles de origem indígena. Em condições normais, teria dado um sopapo neles, só que estava quase abobado com a quantidade de remédio que tomou na véspera. Mas a Didi não! Ela partiu pra cima dos caras com o bebê no colo”, relata Jean Marc. Odila não queria deixá-lo em apuros, por mais que insistisse para que ela entrasse no prédio.

Nesse meio tempo em que o casal se engalinhava com os carabineiros de traços *mapuches*, o portão ficou desguarnecido. Para a surpresa de todos, pelo menos cinco pessoas, até então meros transeuntes, começaram a correr em direção ao casarão. “Eles entravam, davam de cara com aquela confusão e, assustados, se atiravam pelos lados do jardim, correndo até o prédio”, descreve Jean Marc, para quem aquela pequena invasão teve efeito positivo. Isso porque ajudou a dividir os esforços dos soldados e chamou a

atenção dos adidos político e militar da embaixada, que ordenaram a saída imediata dos guardas do território argentino. Sanz discorda. “Os caras estavam metendo o cano de fuzil em cima de mim e nenhum deles veio me ajudar. Um ainda era do PC. Lá dentro eu perguntei que tipo de comunista era ele”, afirma, ainda nervoso pela lembrança da cena.

Tiveram sorte. Não foram poucos os episódios de violação da imunidade diplomática nos primeiros dias da ditadura chilena. Imediatamente após o golpe, o Exército cercou e alvejou a embaixada de Cuba, sem respeitar os diplomatas ou os 147 cidadãos cubanos lá refugiados. Na própria residência argentina, foram várias as investidas policiais, sendo o caso mais grave o assassinato do asilado chileno Sergio Leiva Molina, no dia 3 de janeiro de 1974. “Como os militantes de esquerda se chamavam de ‘companheiro’, um guarda do outro lado do muro gritou ‘companheiro, me ajude a saltar’. Quando o asilado (Sergio) subiu em um tronco e ofereceu a mão, o carabineiro disparou. Ele estava do lado de dentro da embaixada”, garantiu o funcionário chileno do casarão Juan Tobar López, em entrevista<sup>6</sup> concedida em março de 2014. O mesmo aconteceria com Carlos Lazo, também chileno e ex-funcionário do Banco Central do Chile, assassinado com um tiro na cabeça enquanto asilado na embaixada da Suécia, comandada pelo atuante embaixador Harald Edelstam. Houve problemas também na representação italiana, onde, segundo relatou o encarregado de negócios Tommaso de Vergottini em suas memórias, ocorreu o sequestro de uma mulher que saiu da embaixada para ser hospitalizada.

### **Território livre**

A salvo no interior do prédio, Sanz e Odila fizeram como todos os outros: entregaram toda a documentação que tinham e preencheram uma ficha de solicitação de asilo. Dali em diante, o procedimento era simples, mas incerto. A diplomacia argentina entraria com pedidos de salvo conduto ao Ministério do Interior do Chile, que deveria outorgá-lo, permitindo a saída dos protegidos do país.

De acordo com o bispo luterano Helmut Frenz, então presidente do Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados (CONAR), havia pelo menos 12 mil refugiados no

---

<sup>6</sup> Esta entrevista foi concedida à argentina Manuela Mansilla, então estudante de Relações Internacionais da Universidad Abierta Interamericana. Consta, na íntegra em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado “*El asilo político latinoamericano en tiempos de dictadura militar. El asilo otorgado por la Embajada Argentina en Chile durante el gobierno de Pinochet em 1973*”.

Chile ao fim de 1973. Era gente de todos os tipos, atraída pela política da Unidade Popular, que transformara o país em uma “*isla de refugio*” nos três anos anteriores. “O hino do Chile fala em terra de asilo contra a opressão, e Allende cumpriu isso”, comenta Sanz. Por isso, é fácil imaginar a avalanche de solicitações para se deixar o país que a Junta Militar recebeu naqueles dias. Some-se a isso a resistência do governo em permitir a saída de possíveis opositores, e o resultado era um tempo mínimo de duas semanas para a análise de cada processo.

Com o aumento da pressão internacional, no entanto, a maioria dos pedidos passou a ser acolhida. Ainda assim, havia casos em que a saída era negada sistematicamente e as negociações duravam até nove meses. Os mais prejudicados eram os asilados de nacionalidade chilena, porque não tinham status oficial de refugiado, como boa parte dos estrangeiros. Estes, entre os quais se encontravam Sanz, Odila e Joca, estavam protegidos pela Convenção da ONU sobre Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1972, dos quais o Chile era signatário. O cumprimento destes tratados passou a ser exigido pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) dois dias após o golpe, o que foi respeitado na maioria dos casos, apesar das violações flagrantes.

Enquanto esperavam pelo salvo conduto, Sanz e a família tiveram de se adequar a uma rotina nem tão tranquila na embaixada. Ao todo, nas contas do então secretário da sede diplomática, Félix Córdoba Moyano, foram recebidos 826 refugiados políticos. Era bem mais do que o casarão podia suportar. Surpreendidos pelo número crescente de pessoas, os funcionários logo começaram a comprar cobertores, colchonetes e suprimentos. Mas nunca parecia ser o suficiente. “Os primeiros dias daquele setembro foram gelados, e eles tiravam as largas cortinas dos salões para se cobrir”, lembra Tobar López, no documentário “*Asilo en la Embajada argentina en Chile – 1973*”<sup>7</sup>.

Rapidamente, todo o mobiliário francês foi retirado e a tapeçaria enrolada para acomodar a multidão. Os grandes salões da planta baixa, as cozinhas e até mesmo os dormitórios privados do embaixador, no terceiro piso, foram tomados. E, mesmo assim, não havia chão para que todos dormissem. Alguns homens tinham de repousar durante o

---

<sup>7</sup> Filme realizado em 2014 pelo Ministério de Relações Exteriores da Argentina em parceria com as ONGs *Memoria Abierta* e *Parque por la Paz Villa Grimaldi*, que traz relatos de refugiados asilados na embaixada argentina no Chile, episódio marcante das relações diplomáticas entre os dois países e alvo de diversas homenagens, como a inauguração de uma placa de memória pelo ex-presidente argentino Néstor Kirchner, em 2007.



dia, quando havia mais espaço, e outros se ajeitavam para dormir nos degraus da grande escadaria de mármore.

Além da superlotação, “os milicos ainda tentavam atrapalhar a entrada normal de abastecimento”, conta Luis Salazar, militante do PS instalado com a mulher e o filho na embaixada, em entrevista de 2014, concedida a então estudante argentina de Relações Internacionais Manuela Mansilla. Essa vigilância, relata Albino Gómez no mesmo trabalho, variava de um dia para outro. “Eu falava com eles, lhes oferecia cigarros, os subornava para que deixassem passar”, conta o diplomata que, frente às dificuldades, pediu aos asilados que se organizassem em equipes de trabalho. O grupo então se dividiu em diferentes frentes que começavam a atuar às 9h da manhã: havia responsáveis pela cozinha, limpeza, segurança, saúde, lazer e até o cuidado às crianças. A convivência também era organizada. “O grupo zero, das grávidas, era o primeiro a comer, seguido do grupo um das crianças e, por fim, todos os homens jovens”, conta Salazar sobre a ordem de prioridade que também valia para o banho e para o sono.

E ainda havia tempo para se divertir. “Tínhamos uma vantagem em relação às outras embaixadas, que era um grande pátio nos fundos, com um jardim lindo, para onde íamos durante o dia”, lembra Sanz. No espaço, os asilados podiam ler livros, tocar instrumentos, organizar pequenas festas e até fazer artesanato com as sementes que caíam das grossas palmeiras do jardim. O grau de organização e a área livre ajudaram a diminuir um pouco as condições anti-higiênicas, os odores terríveis e a atmosfera psicologicamente angustiante que chegaram ao extremo em outras residências diplomáticas.

Entre os asilados na Embaixada argentina, estava o escritor Ariel Dorfman. Ausente na cerimônia realizada no Chile, em novembro de 2007, para homenagear a atuação da diplomacia argentina nos primeiros dias do regime Pinochet, o novelista enviou uma carta na qual relata aspectos daquela experiência:

Nada me agradaria mais do que contar-lhes o que significaram aqueles meses dormindo naqueles pisos de madeira outrora imaculados, escutando a respiração de outros perseguidos políticos durante a noite; o modo como a Embaixada nos protegeu e nos alimentou, as histórias sobre como nos organizamos no interior daquele edifício; a minha própria experiência de montar uma pequena Universidade para os refugiados e o dia maravilhoso em que um dos funcionários me trouxe o único livro que solicitei, uma cópia de Dom Quixote, para dar aulas e compartilhar com meus novos amigos. Enquanto isso, fora dali, soavam disparos e passavam caminhões cheios de livros para serem queimados (...). (DORFMAN, 2007).

Como tinham um recém-nascido, Sanz e Odila ficaram em um pequeno quarto reservado. Enquanto a mulher cuidava do filho, ele entrou para a equipe da cozinha, na qual lavava pratos sob a coordenação do compatriota Carlos Alberto Muniz, ex-membro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e vice-prefeito do Rio de Janeiro no primeiro mandato de Eduardo Paes (PMDB-RJ). Mas Sanz ficou na função poucos dias até ser encostado contra sua vontade pela comissão médica porque relatou um caso de paratifo, infecção intestinal bacteriana que tivera na juventude. Sem ocupação prática, Sanz passou os dias a debater política e tomar chimarrão, sobretudo com os colegas uruguaios.

O ócio durou pouco. A família deixou a embaixada em 30 de setembro, após 12 dias de asilo. O fato de Sanz ser um apátrida<sup>8</sup> sob a proteção da ONU facilitou os trâmites e, em função de Joca, os três tiveram prioridade no pedido de salvo conduto. Eles foram levados para Buenos Aires num avião militar Hércules 56 da Força Aérea Argentina. No grupo com 20 pessoas, um dos primeiros a deixar a embaixada, estavam brasileiros, entre os quais, o casal Carlos e Tania Fayal, e Chiquinho (Francisco Roberval Mendes) com a mulher, a chilena Patricia, grávida de oito meses. “Sérgio levou uma mala com roupas e livros para nós na embaixada. Mesmo assim, levamos pouca coisa para a Argentina. Acabamos passando frio no avião, mas o bebê estava agasalhado”, garante Sanz. Em meio a tantas incertezas, a sensação era de alívio. Por mais tensa que tenha sido, aquela viagem livrou o casal da repressão. Mais uma vez.

A expectativa dos asilados era de que a recepção em Buenos Aires fosse amigável. Os brasileiros banidos em 1971 sabiam que não haveria o mesmo clima de euforia e reverência quando de sua chegada a Santiago, mas não esperavam ser hostilizados como foram. A conjuntura era outra. A Argentina dos últimos dias de 1973 estava longe de ser o Chile de Allende e o reacionarismo reinava nos órgãos de governo. O regime, cada vez mais centralizador, caminhava a passos largos para uma ditadura, que viria definitivamente em 1976, com o golpe do general Jorge Rafael Videla em Isabelita Perón. Eleita vice-presidente, Isabelita herdou o governo do marido Juan Domingo Perón, que morreu por enfarte no dia 1º de julho de 1974, aos 78 anos.

Em seu livro *“Entre sueños y traidores”*, Ariel Dorfman conta que mal havia chegado ao aeroporto de Buenos Aires quando “a polícia portenha se encarregou de quebrar a esperança de permanecer em minha terra natal o tempo que quisesse. As

---

<sup>8</sup> Os presos políticos trocados por diplomatas raptados eram considerados banidos pela ditadura brasileira e, assim, perdiam a cidadania. Daí serem considerados apátridas.

forças de segurança me interrogaram durante horas, me liberando, enfim, com uma ressalva: ‘É melhor, filho da puta, você se comportar bem’”.

Nos primeiros dias na capital argentina, Joca tomou “leite de vaca fervido em uma máquina de café suja e ficou até mesmo quase um dia sem comer”, relata Sanz em carta publicada no Livro “Memórias do exílio”, de 1976. “Os adultos sem comida, sob provocação policial, o clima difícil, histérico, onde apenas a solidariedade entre os mesmos presos era capaz de melhorar a situação”. O trecho define o ambiente da curta passagem pela Argentina: a estadia permanente foi negada e todos, devidamente fichados na polícia, deveriam negociar um asilo definitivo com as autoridades de um país do seu interesse. Até lá, ficariam enclausurados sob vigilância no *Hotel Ezeiza*. A entre-saga se estenderia por 20 dias.

Sanz havia se inscrito para obter asilo em Cuba e contava com o aval das autoridades da Ilha. Mas a chegada do então militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) Lúcio Flávio Uchoa Regueira mudou o cenário. Residente na Suécia, o “Tocha”, como era conhecido, também pertencia ao grupo dos 70 banidos de 1971 e já havia trabalhado com Sanz na extinta Bloch Editores, no Rio. Ele foi à Argentina como representante da Anistia Internacional para interceder pelos brasileiros e articular sua ida para outros países, sobretudo a Suécia.

A disposição de Regueira ia ao encontro da sensibilidade do governo sueco com a causa dos perseguidos latino-americanos. Relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos mostram que, entre setembro de 1973 e outubro de 1974, a embaixada sueca no Chile abrigou 649 refugiados, sendo o segundo país europeu mais solícito depois da França (854), com a diferença de ter aceitado indivíduos classificados como “perigosos” pelo regime chileno. Além disso, o embaixador Harald Edelstam atuou diretamente junto às organizações internacionais de direitos humanos pela libertação de quase mil presos políticos que, depois, seguiram diretamente para o país escandinavo. Edelstam logo teria de abdicar da função por ter sido declarado *persona non grata* no Chile pela Junta Militar.

A comissão formada para negociar com as embaixadas trabalhava com as opções Cuba, Argélia e Suécia. “Nem cogitamos ir para a Argélia pela dificuldade em encontrar trabalho e o choque cultural com o Islã, relatado porque quem já havia vivido lá”, explica Sanz. Restou a dúvida entre o calor da Ilha socialista e o frio da socialdemocracia escandinava.

Cuba era um país com o qual mantinham uma forte identificação. Já falavam o idioma e, até por isso, teriam mais oportunidades para estudar e trabalhar, inclusive com Cinema, já que Sanz tinha bons contatos no ICAIC (Instituto Cubano de Artes e Indústria Cinematográfica). Outro atrativo era a assistência médica do regime cubano que facilitaria muito o desenvolvimento de Joca. Mas as dificuldades de comunicação com o Brasil pesaram. “As cartas enviadas de Cuba até passavam, mas podiam nunca chegar. Além do que não pertencíamos mais a nenhuma organização, o que inviabilizava contatos por intermédio de alguém. Odila ficaria quase sem contato com a família”, diz Sanz. “Na Suécia tínhamos até contato telefônico”, lembra. Em visitas diárias ao *Hotel Ezeiza*, Lúcio Flávio os convenceu, assim como a boa parte do grupo, de que teriam uma vida decente na Suécia, com direito a moradia e assistência financeira do governo enquanto se adaptassem socialmente e aprendessem o idioma. Depois, ainda receberiam orientação para conseguir trabalho, preferencialmente na indústria, e continuar os estudos. Foi o bastante.

Assim, em meados de outubro, ao lado de outros 14 brasileiros, uma chilena e um uruguaio, Sanz e a família deixaram finalmente o barril de pólvora latino-americano rumo à estabilidade de uma Europa democrática, ainda assustada pelo pesadelo fascista de três décadas antes. “Gastamos nosso último dinheiro no aeroporto, tomando café e comprando um livro do Garcia Marquez e chocolates para a viagem. Na hora de passar pelo detector de metais, o alumínio das embalagens fez disparar o alarme”, recorda Sanz. O susto, porém, não seria o último do dia.

Para sua surpresa, o avião comercial da *Lufthansa*, que levaria cerca de 20 horas para chegar ao destino com escalas em Dakar (Senegal) e Frankfurt (Alemanha), aterrissou depois de poucas horas no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Durante uma hora Sanz esteve no local de seu banimento e para onde não poderia voltar sob o risco de execução. “Nós reclamamos e as comissárias pediram que nos acalmássemos porque a aeronave era território alemão. Sabíamos que a ditadura faria o que bem entendesse, como fez em outras ocasiões. Tive medo, muito medo, mas nada aconteceu”, relata.

Dali em diante, Sanz só pisaria em terra outra vez na parada em Dakar. Tranquilo como nunca estivera em mais de um mês, desceu para esticar as pernas. Eram apenas 6h da manhã, mas o bafo quente do deserto impressionava. “Agora entendi o que é uma ‘canícula senegalesca’”, brincou com os companheiros, aliviado. Mais uma vez,

as variações bruscas de sua rotina encontravam uma tradução física: em algumas horas, chegaria à gélida Suécia, onde permaneceria por seis anos.

## MERGULHO SUBVERSIVO

Subversivo: adj. próprio para subverter, para solapar o estado de coisas estabelecido/ s.m. militante da subversão; revolucionário <sup>9</sup>.

### Vida Clandestina

— O golpe de 1964 foi uma grande frustração. A queda do Chile foi outra. Vivi situações de fracasso ao longo da vida. Mas não foram essas. Os golpes escapavam à minha alçada.

Mais de quatro décadas depois de mergulhar na clandestinidade, a relação de Luiz Alberto Sanz com as adversidades é questão bem resolvida. Ele faz uma crítica da conduta das frentes que integrou, mas dispensa lamentações ou sentimento de culpa. A marca de subversivo está bem guardada na memória.

Do ponto de vista estritamente pessoal, no entanto, a investigação das sensações à época ainda é um tema profundamente delicado. Aqueles dias alternaram picos de alívio e agonia, sentimentos encadeados, que, por vezes, se confundiam em um jogo de razões relativas. Deixar o Chile reunia, ao mesmo tempo, o regozijo de livrar a família da violência de uma nova ditadura, a tristeza de deixar uma segunda pátria e o receio do desconhecido. Um turbilhão de sentimentos marcado pela incerteza. “Essa incerteza mexia profundamente com o metabolismo, provocava taquicardia e um enevoamento dos pensamentos”, lembra Sanz. De uma forma geral, conta, o estado de ânimos no período era semelhante ao de outros momentos chave de sua vida, como a prisão. Este episódio e seus antecedentes, expostos a seguir, mudaram para sempre a sua vida.

Filiado ao PCB desde 1963, o militante se afastou da legenda em 1968, devido à insatisfação com a falta de democracia interna e a inoperância prática do partido frente à escalada de repressão do regime. “Eu achava que entraria para a clandestinidade pelo PCB. Acreditava que abraçariam primeiro a tese da autodefesa armada e, depois, teria uma frente armada, como o da Colômbia fizera”, explica.

---

<sup>9</sup> *Koogan/Houaiss*: Enciclopédia e Dicionário Ilustrado. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1998.

Diante das expectativas não correspondidas, Sanz passou a colaborar ainda sob sua identidade verdadeira com o Comando de Libertação Nacional (COLINA), organização de resistência armada à ditadura fundada por universitários de Minas Gerais. Sanz fora incorporado ao COLINA como “integrante da rede de apoio” no Rio de Janeiro por uma amiga, a socióloga Maria do Carmo Brito, à época estudante de Sociologia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Lá, ele exercia a função de cinematografista.

Em 1969, com a prisão de vários integrantes do COLINA, os remanescentes e muitos de seus contatos se associaram à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), assim chamada em homenagem ao Quilombo dos Palmares. Sob o codinome Lia, Maria do Carmo se tornou uma das principais lideranças da nova organização e levou Sanz consigo, ainda como colaborador. Assim como ele, centenas de militantes da Nova Esquerda<sup>10</sup> aderiam cada vez mais à luta armada, o que trouxe uma profusão de iniciativas, conforme assinala o jornalista e pesquisador João Batista de Abreu:

Entre 1968 e 1975, mais de 30 organizações clandestinas de esquerda, inspiradas na doutrina marxista-leninista, seja das correntes trotskista, stalinista ou maoísta, realizaram incursões armadas contra quartéis, bancos, residências de empresários que colaboravam com o regime militar, embaixadas, consulados, estabelecimentos comerciais, com o objetivo de recolher fundos para o movimento e, ao mesmo tempo, revelar à sociedade a insatisfação com os rumos políticos e econômicos que o País vinha tomando. (ABREU, 2000, p. 73).

Na “VAR”, Sanz prestava serviços esporádicos, como transmitir informações e dar abrigo aos integrantes em sua casa, na rua Senador Vergueiro, no bairro do Flamengo. Assim funcionou até que um dos hóspedes, Francisco Celso Calmon, o “Sérgio”, foi preso. Na investigação, a polícia desmontou o núcleo ao qual Calmon estava ligado e logo soube do apoio de Sanz, fato que mudaria drasticamente o cenário.

No final de 1969, o delegado da Polícia Civil Antônio Agra Lopes ligou pessoalmente para o gabinete do reitor da UFF, ao qual Sanz então estava ligado como Diretor da Imprensa Universitária, a fim de levantar informações sobre o funcionário e solicitar sua apresentação à polícia. Contando com boas referências das autoridades universitárias, Sanz foi ao encontro do delegado, com quem conversou e acordou uma visita ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no dia seguinte. Mas isso

---

<sup>10</sup> Expressão criada após a derrocada do stalinismo

nunca aconteceria. Orientado por dirigentes da VAR-Palmares, Sanz abandonou o Rio de Janeiro ainda naquela noite rumo a São Paulo.

Lá, a organização lhe prometeu “pontos” para estabelecer contato com a unidade regional. Os encontros aconteceriam em frente ao Cine Joia, no bairro da Liberdade, nos quatro domingos de dezembro, às 16 h. A senha para reconhecimento seria uma revista *Casa e Jardim*, que Sanz deveria levar embaixo do braço. Então, o contato perguntaria onde era possível tomar um ônibus para o Pari, ao que ele responderia “aqui mesmo”. Apesar das instruções, ninguém apareceu e Sanz perdeu contato com a VAR-Palmares.

Ainda no final de dezembro, Sanz encontrou casualmente o advogado e estudante de Ciências Sociais Liszt Benjamin Vieira e solicitou um ponto no dia seguinte. Na hora e local combinados, Liszt (“Fred”) compareceu ao lado de Maria do Carmo Brito (“Lia”) que, a essa altura, já havia migrado para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)<sup>11</sup>, refundada pelo ex-capitão do Exército Carlos Lamarca (“Cid”). Em frente ao Cine Paissandu, no centro de São Paulo, Sanz foi chamado a integrar a VPR.

Em seguida, Sanz foi apresentado ao dirigente Ladislau Dowbor (“Jamil”), que o encarregou do setor de documentação da unidade de São Paulo. Para tanto, precisaria, ele mesmo, de uma identidade clandestina, a qual obteria junto ao comandante da unidade fluminense, Juarez Guimarães de Brito (“Juvenal”), em curta visita ao Rio. A partir de então, Sanz assumiria três diferentes identidades. Para toda a sociedade, seu documento de identidade atestava ser Antônio da Cruz Filho; para os companheiros de VPR era apenas Bernardo; e para a família adotaria o nome do primo Jean, para confundir eventuais escutas policiais.

— O trabalho consistia em datilografar, preparar e plastificar carteiras de identidade, de motorista, lembra Sanz. Auxiliado por Odila, ele criava ou recebia toda sorte de matéria-prima roubada para documentos de identidade, nos quais reproduzia os procedimentos da oficialidade. Assim, provia identificações inéditas aos militantes, permitindo-lhes circular livremente. “Estive preso com companheiros que passaram por

---

<sup>11</sup> A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi criada em 1966 a partir da união entre militares remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e dissidentes da organização Política Operária (POLOP). Em 1969, a VPR se juntou ao Comando de Libertação Nacional (Colina), dando origem a VAR-Palmares. Pouco tempo depois, no entanto, a VPR se recomporia e começaria a organizar, em 1970, um campo de treinamento de guerrilheiros no Vale do Ribeira, ao sul do estado de São Paulo. Com a descoberta da área pelo DOI-CODI do Rio de Janeiro, o Exército mobilizou cerca de cinco mil homens. Sufocada, a VPR optou pela autodissolução em 1971, após a morte na tortura de seu último comandante, o ex-sargento da Marinha José Raimundo da Costa, o “Moisés”, delatado pelo agente infiltrado José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo.

cercos policiais, inclusive no Vale do Ribeira, porque estavam com uma carteira de identidade ou motorista falsificada por mim. Na OBAN e no DOPS, diziam que era tudo muito mal feito. Mas o fato é que os policiais não percebiam nada nas barreiras que montavam. Então alguma coisa eu fiz direito”, conta Sanz, sem disfarçar o orgulho. Além da função, ele também chegou a prestar serviços pontuais de inteligência e de propaganda.

Sobre o complexo *modus operandi* das organizações de luta armada, João Batista de Abreu observa:

Os grupos clandestinos costumavam se organizar em seções, como a de planejamento e inteligência, ação armada e apoio logístico. Em geral, os componentes mudavam sua identidade e evitavam praticar ações em sua terra natal, para dificultar o reconhecimento. Era comum, por exemplo, que militantes cariocas praticassem ações em São Paulo e paulistas se deslocassem para o Rio. À exceção dos companheiros que dividiam o local de moradia, o contato entre os militantes era feito, principalmente, através de encontros isolados. Cada um tinha seu contato, chamado de “ponto”, com quem se encontrava periodicamente. Dependendo do grau de importância do militante na organização, havia a possibilidade de se destacar um guarda-costas. Esta tática dificultava o desmantelamento do grupo se um militante fosse preso pelos órgãos de segurança. Isso porque, na hipótese do não comparecimento do contato ao local do encontro, o colega ficava responsável por avisar aos demais membros do grupo, num processo de informação em cadeia que protegesse o sigilo da identidade dos demais membros do grupo. No caso da VPR, por exemplo, cada célula compunha-se de três militantes. Um deles fazia a ligação com outra célula intermediária, esta também composta por três membros. Um deles, por sua vez, tinha acesso a uma terceira, superior na hierarquia da organização. (ABREU, 2000, p. 82).

Desde que chegaram a São Paulo, Sanz e Odila residiram em pensões nos bairros da Mooca e Paraíso, até se instalarem em uma casa no número 39 da Rua Pageu, na Vila Mariana. No primeiro semestre de 1970, além da falsificação de documentos para a VPR, Sanz conseguiu uma fachada como professor de Artes Cênicas do ensino secundário no Colégio Sacré-Coeur de Marie e mantinha estreito contato com o Teatro do Onze de Agosto, do Centro Acadêmico homônimo do curso de Direito da USP.

Cada dia mais acostumado à rotina clandestina, o casal recebia ajuda financeira e suporte material da organização, ganhando a confiança dos dirigentes. Tanto que, em abril de 1970, sua casa foi utilizada como aparelho para sediar uma reunião de cúpula, que contou com a presença dos três comandantes nacionais da VPR: Carlos Lamarca, Maria do Carmo Brito e Ladislau Dowbor. Em postos inferiores da hierarquia, o casal



não teve acesso à conversa, que durou 36 horas. Cerca de um mês depois, na manhã do dia 18 de maio de 1970, Sanz foi preso pela Operação Bandeirante (OBAN)<sup>12</sup>.

### **Um relato da tortura**

*“Naquela manhã, eu tinha um encontro às oito horas com o Osvaldo Soares, o ‘Fanta’, de quem eu pegaria a impressão digital para fazer uma carteira falsa. Ele era o novo comandante da unidade de combate da VPR em São Paulo porque o companheiro ‘Moisés’ (José Raimundo da Costa), um marinheiro cassado que liderava até então, teve de se mudar para Pernambuco, onde estava sendo montada uma área tática da organização. Acontece que eu estava trabalhando com o pessoal do Teatro do Onze de Agosto, da USP, na peça O ‘Evangelho segundo Zebedeu’ e tinha ficado acordado até uma da manhã discutindo o trabalho com um dos diretores do Centro Acadêmico. Acabei dormindo pouco e saí cansado da pensão para cumprir o ponto. Seria numa parada de ônibus da Alameda Maracantins, em Moema.*

*Nós sempre caminhávamos um pedaço para ver como estava a situação. Por isso, a uma quadra de distância do local marcado, eu vi o companheiro dentro de um Volkswagen (fusca) curvado sobre a janela. Como havia me atrasado, não estranhei. Achei que poderia estar cumprindo outro ponto e depois voltaria para o que tinha comigo ou me procuraria no ponto de segurança, estratégia que tínhamos para recuperar o contato quando nos perdíamos. Resolvi seguir direto, andando rápido para a Maracantins.*

*Quando cheguei lá, o mesmo Volkswagen parou ao meu lado. Eu já tinha passado por eles quando ouvi uma voz perguntar ‘É esse?’. O companheiro respondeu ‘É...’. E então senti um impacto. Era o capitão Coutinho, que pulou em cima de mim e ficou sentado nas minhas costas. A capanga que eu trazia na mão caiu a dois palmos de distância e não pude alcançar a pistola que trazia dentro. Havia também alguns instrumentos de trabalho, como a almofada e a tinta de carimbo para pegar digitais. Eu não conseguia me mexer. Não morri, não matei, não feri. Nem pude me defender. Foi quando começou a sair gente de tudo quanto era lugar. Agentes que estavam nas casas*

---

<sup>12</sup> Organismo de repressão criado em 1969 para o combate às organizações armadas de esquerda, então definidas como “subversivas”, em São Paulo. Era financiada às escondidas pelo governo e por empresários ideologicamente afinados com o regime. Reunia elementos das Forças Armadas, das polícias estaduais (civil e militar) e da Polícia Federal. Amparados pela ditadura, seus agentes agiam às margens da legalidade, lançando mão sistematicamente de torturas e assassinatos.

*e no bar do outro lado da rua me cercaram, recolheram a arma e me algemaram. Fui enfiado no banco de trás do Fusca e levado para a Operação Bandeirante.*

*Foram dois policiais na frente e um atrás comigo. Ali, eu tinha de pensar em muita coisa, antecipar o que aconteceria para saber como agir. Eles discutiam entre si, gritavam, xingavam. Exatamente para confundir, para não me deixar formular nada. Eu só não queria que eles me ligassem a Odila. Por isso, sem que eles vissem, tirei a aliança e a joguei no chão do carro.*

*Logo começaram a me interrogar. Questionavam por que eu tinha uma caixa de carimbo, tinta especial e uma pistola na capanga. Eu disse que a arma era para me defender. Meu propósito era segurar, dizer que eu realmente era Antônio da Cruz Filho, professor de Artes Cênicas do Sacré-Coeur de Marie. A identidade era falsa, mas eu realmente ensinava às meninas do 2º grau.*

*Quando chegamos à delegacia, fui levado imediatamente para o pau-de-arara. Tiraram toda a minha roupa, me penduraram e começaram a me torturar diretamente com choques elétricos. Não usaram nenhum outro método antes. Em geral, eles torturavam muito com pancadas, mas não queriam perder tempo porque logo depois trariam outro preso. Então foram dando choque, choque, choque, choque. Davam choque fundamentalmente nos meus testículos. Era uma dor muito forte, que se espalhava por todo o corpo. Eles prenderam uma das pontas do fio no dedo mínimo do meu pé esquerdo, que traz a cicatriz ainda hoje. A outra extremidade, eles colocavam no testículo, aumentando a velocidade na manivela do telefone de campanha, uma espécie de magneto.*

*Lembro que só comecei a falar mesmo depois que me senti completamente desmoralizado. Eu confesso isso, não sou um herói. Uma das reações que os choques elétricos provocam na gente é o descontrole do organismo. Na tortura, alguns companheiros mantinham o autocontrole. Eu conseguia raciocinar, mas não pude dominar as reações do meu corpo. E como eu não tinha ido ao banheiro antes de sair de casa, porque estava atrasado, defequei na sala de tortura. Isso me deixou muito desmoralizado. É uma coisa psicológica, uma coisa dolorosa. Fui tirado do pau-de-arara para ir me lavar, para tomar banho.*

*Os policiais já tinham informações. O companheiro que foi preso tinha contado que eu era casado. Mesmo assim, eles ficaram forçando para saber onde eu morava. Basicamente, queriam saber o endereço, o nome da minha companheira e como encontrá-la. Eu acabei abrindo. Sinto que eu me traí ao entregar o endereço da minha*

*companheira, que poderia ser presa e torturada. Na hora, achei que ela não tinha tanta importância para as investigações, mas eles estavam achando que a Odila era outra pessoa, uma companheira do Rio que usava o mesmo nome de guerra, Lúcia. No final, ela não foi presa. Era muito mais esperta do que eu. Quando percebeu a movimentação, não fez a besteira que eu fiz.*

*Todos os dias, nós tomávamos café da manhã num botequim que tinha na esquina da nossa rua, a Barão de Tatuí. Naquela manhã, quando a Odila voltou do café, os policiais já estavam na pensão. Ela viu aquela confusão e entrou no prédio calmamente, ouviu a conversa dos agentes com a gerente da pensão, que não a indicou e ainda falou alto para que ela pudesse escutar. A mulher disse que a dona da casa era quem tinha visto minha carteira de trabalho e feito as anotações necessárias e, portanto, não sabia de nada, nem onde eu trabalhava e nem o nome da minha esposa.*

*Friamente, Odila foi até a corda, pegou os sutiãs e as calcinhas, as roupas que já estavam secas, e levou para o quarto. Pegou alguns documentos e se retirou normalmente. Além dos falsos, ela ainda tinha os documentos verdadeiros dela. Depois, passou calmamente por eles e voltou para o botequim. Ela pensou na possibilidade de a seguirem e, por isso, foi para lá tomar café.*

*Realmente mandaram o sujeito que estava na porta sair correndo atrás dela. Só que quando o cara chegou na esquina, ela estava com a xícara na mão e ainda o encarou naturalmente até ele voltar. Depois, pegou um táxi e foi contatar um amigo nosso, que eu não vou dizer o nome porque ele não me autorizou a fazê-lo. Ele ajudou Odila a encontrar uma nova pensão. Então ela arrumou um emprego de escriturária e ficou trabalhando nesse lugar até eu ser banido para o Chile. De lá, eu mandei uma mensagem por meio de outro amigo para dizer que ela poderia me encontrar, como fez em fevereiro de 1971.*

*Na prisão, eu fui interrogado umas cinco vezes. Em todas houve tortura psicológica, ameaças. Mas tortura física só sofri no primeiro dia. Depois, cheguei a tomar uma canelada do delegado Cuoco porque ele achou que eu não estava colaborando ao ser confrontado com o depoimento do Jamil (Ladislau Dowbor). O Jamil estava saindo na lista dos 40 banidos para a Argélia trocados no sequestro do embaixador alemão (Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben).*

*Nessa época, eu realmente imaginava que podia cair. Mas estava preparado para morrer e não cair. A arma que estava comigo, eu a usaria contra eles para que atirassem em mim, porque achava que escapar eu não escaparia. Só que a arma voou*

*longe. Refleti muito tempo sobre isso e penso até hoje. Nós estávamos preparados para morrer, mas não estávamos preparados para viver, para viver na prisão, para viver no exílio”.*

### **Conteúdo subversivo**

Com o endereço da pensão onde o casal morava, arrancado de Sanz na tortura, a polícia encontrou dezenas de cópias e folhas virgens de documentos. O “Auto de Exibição e Apreensão” do DOPS diz: “à Rua Barão de Tatuí, 211, em Santa Cecília, elementos da Operação Bandeirante encontraram uma pasta de couro de cor preta”. Depois, lista em detalhes tudo que havia dentro, como fotografias, certificados de conclusão de cursos, certidões de casamento, títulos de eleitor, um talão de cheque do Itaú, identidades funcionais, cédulas de registro geral das Forças Armadas e do Instituto Félix Pacheco, além de um cartão, em branco, para autorização de porte de arma do Ministério do Exército.

Entre o material apreendido, também havia papéis com listas de nomes de militantes e instruções sobre falsificação de documentos, desenhos de símbolos guerrilheiros e uma cópia manuscrita da “Carta aberta aos cristãos brasileiros”, cuja autoria Sanz atribui ao Frei Tito de Alencar Lima. Preso e torturado pela repressão, em 1969, o dominicano ficou com sequelas psicológicas que levaram ao seu suicídio em 1974, em Lyon (França), onde vivia exilado.

Por fim, completava a lista de apreensões um panfleto mimeografado que trazia caricaturas de autoridades do regime, como o ditador Emílio Garrastazu Médici e o então ministro da Economia, Delfim Neto, acompanhadas do texto: “Bandidos, covardes, procurados. Traem, roubam, torturam. Matam padres, freiras, crianças, mulheres, muitas centenas de trabalhadores. Ajude-nos a lutar pela paz, justiça e liberdade do povo brasileiro. Avise o primeiro guerrilheiro, eles são os verdadeiros criminosos”.

Criado por Sanz, o cartaz foi vetado pela direção da VPR e nunca chegou a ser distribuído. “A Maria do Carmo achou que não devíamos usar as mesmas armas e preconceitos da ditadura e da burguesia. Hoje sei que ela tinha razão. Havia, por exemplo, alusões à sexualidade do Delfim (Neto), uma molecagem da minha parte”, reconhece.

## Reflexões do cárcere

Embora nunca tenha sido um crítico ferrenho da luta armada, durante os oito meses de prisão política, Luiz Alberto Sanz se convenceu sobre a inocuidade da estratégia como via única para derrotar a ditadura. Até por isso, junto a dois companheiros<sup>13</sup> de cárcere, chegou a redigir um documento sobre a necessidade de se voltar à luta de massas nos seios da classe operária, do campesinato e do estudantado.

No entanto, a ideia de fazer o estudo circular entre as celas para fomentar a discussão não foi à frente. Temerosos de que os soldados descobrissem e aumentassem a repressão interna, integrantes de uma organização estudantil de Ribeirão Preto, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), destruíram o documento.

Com vigilância ostensiva e pouca estrutura, reescrever não era uma opção, mas Sanz diz que ainda se lembra do teor das reflexões. “A estratégia tinha de incorporar tanto a luta armada quanto a luta de massas. Um ou outro sujeito tem vocação para usar armas. Mas não se forma quadros de revolução sem que eles lutem junto às massas, no seio do movimento operário, estudantil, camponês”, frisa, taxativo, ao rechaçar um eventual antagonismo entre armas e massas. “Nunca me ocorreu que fossem coisas excludentes. Até porque essa é a história das revoluções pelo mundo, na Cuba de Fidel, na China de Mao Tsé-Tung e até no Vietnã”, completa.

Hoje, o velho militante avalia que houve demora na percepção da escalada de baixas e prisões e, tão logo, do desgaste da estratégia armada. De fato, os desbaratamentos da repressão chegaram ao auge em 1970 e 1971, tendo seu capítulo final na derrota da Guerrilha do Araguaia, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1974.

“Nós só começamos a ter uma ideia clara sobre esse ‘início do fim’ no sequestro do embaixador suíço (Giovanni Enrico Bucher), em que o governo demorou a ceder”, recorda Sanz sobre os longos 40 dias em que o diplomata ficou nas mãos de guerrilheiros da VPR e ALN. Durante esse tempo, os revolucionários tiveram de substituir pelo menos duas vezes nomes da lista dos 70 presos políticos que queriam ver libertados. Ora o governo se recusava a soltar parte dos relacionados, ora omitia a

---

<sup>13</sup> Um dos autores do documento escrito a seis mãos foi o jornalista Edmur Péricles Camargo, apelidado Gauchão, que militou pelo PCB e, depois, pela ALN. Assim como Sanz, ele foi trocado pelo embaixador suíço e banido para o Chile em janeiro de 1971. Em junho daquele ano, a pedido do regime brasileiro, foi interceptado por autoridades argentinas no aeroporto Ezeiza, em Buenos Aires, de onde tentava viajar à Montevideu, no Uruguai. Desaparecido desde então, é considerado uma das vítimas da Operação Condor, que reuniu os esforços das ditaduras latino-americanas na repressão aos seus opositores.

presença de alguns considerados mais perigosos. E foi justamente essa dificuldade que permitiu a soltura de Sanz. “Eu só entrei na segunda lista, em substituição a presos recusados ou que não quiseram sair, como foi o caso do jornalista Nelson Gatto. Até brincava dizendo que era o suplente dele”, lembra rindo.

Para Sanz, além do endurecimento do *establishment* frente às táticas das organizações paramilitares, as ações armadas já não tinham tanta repercussão quanto o esperado. As ações de propaganda armada, diz, deveriam se explicar por si mesmas, sem a necessidade de panfletos ou qualquer iniciativa auxiliar para fundamentá-las entre a população. Isso, na opinião de Sanz, já não acontecia mais em meados de 1970. “Já não havia tanta gente trabalhando na frente de massas”, ou seja, nos ambientes onde as intervenções armadas deveriam repercutir. “Não havia mais tantos estudantes e operários ligados às organizações, que pudessem explicar para os outros, não organizados, o porquê daquilo”, explica. Ao mesmo tempo, os poucos remanescentes que faziam esse contato estavam ameaçados pela presença de agentes da repressão em toda a parte, fosse na universidade ou nos locais de trabalho, fosse nos bairros onde moravam. “Muita gente foi denunciada por vizinhos”, lembra Sanz.

Assim, atrás das grades ou reclusa em seus aparelhos, a militância armada assistia à economia crescer acima de 10% em meio a um clima cultural favorável, facilitado pela vitória na Copa do Mundo de 1970 e pelo sucesso das telenovelas. Dividida, reprimida e apartada do cidadão comum, a esquerda perdia a guerra no início dos anos 1970. Ciente do quadro negativo, no exílio, Sanz passou a buscar outros caminhos de militância, como o cinema.

## VIDAS PROVISÓRIAS

### No Brasil, o início

No Brasil, Sanz já era muito próximo das chamadas artes do espetáculo, sobretudo teatro e cinema. Trabalhou durante a maior parte da década de 1960 como crítico e, esporadicamente, se arriscava em equipes de direção. Pesou muito a influência dos pais: a atriz, crítica e diretora de teatro Luíza Barreto Leite e o respeitado jornalista e colunista de cinema José Sanz. Desde cedo, Luíza levava o filho às estreias, festivais e montagens que cobria ou participava. Conhecida nacionalmente, ela atuou em mais de 10 filmes entre as décadas de 1940 e 1950, antes de se tornar diretora de radioteatro da Rádio MEC e se dedicar à pesquisa e ensino da dramaturgia. O “Velho Sanz”, por sua vez, manteve colunas conceituadas por vários anos em O Globo e no Jornal do Commercio (JC).

“Em 1961, depois que minha mãe regressou de uma viagem de trabalho na Europa, eles se separaram. Como o valor da nossa mesada equivalia ao que meu pai recebia pela coluna no Jornal do Commercio, ele avisou que, se quiséssemos o dinheiro, eu e Sérgio deveríamos assumi-la, ainda que sob a sua assinatura”, conta Sanz aos risos. Essa não seria a primeira vez que faria isso. Desde o ano anterior, quando tinha 17 anos, já substituía a mãe assinando apenas com as iniciais “L.A.B.L.”, muito parecidas às de Luíza (L.B.L.) para não chamar a atenção dos leitores.

O início como *ghost-writer* lhe garantiria, mais tarde, a vaga de colunista de cinema do JC, onde trabalharia de 1962 até 1965, ano em que foi demitido por justa causa. “Eu tinha alegado doença para ir ao Congresso da UNE de 65, mas saiu uma foto minha bem grande no Diário da Noite, de São Paulo. Descobriram tudo e, quando voltei, o Moacyr Padilha, diretor de redação, me mandou embora. Ele era um homem de direita, mas íntegro. Estava coberto de razão”, admite.

O desemprego, porém, não durou muito. Graças aos contatos no “Partidão” (PCB), na época muito forte na imprensa, Sanz foi trabalhar como crítico teatral na Última Hora, onde permaneceria até 1968. Nesse período, conseguiu também um posto temporário na revista Fatos e Fotos, da Editora Bloch, onde passou a trabalhar como repórter até ser “expulso” pelo diretor de redação Alberto Dines, à época seu desafeto.

Mais tarde, enquanto mergulhava de corpo e alma na resistência, voltou a fazer crítica de cinema no Jornal do Commercio, passou pela Editora da Fundação Getúlio

Vargas (FGV) e pela Assessoria de Comunicação da então Superintendência da Borracha, até chegar, em 1968, à Universidade Federal Fluminense. Lá, ocupou a função de técnico cinematográfico e coordenou os cursos livres oferecidos pelo Cine Arte UFF, sendo em pouco tempo nomeado o primeiro diretor da Imprensa Universitária, setor que se converteria mais tarde na Gráfica da UFF.

Nesses primeiros 10 anos da carreira, como quase todo profissional de imprensa, Sanz desenvolveu muitos projetos pontuais. No tocante ao jornalismo, escrevia para o jornal Movimento, da UNE, e contribuía sem assinatura para o Novos Rumos, jornal publicado pelo PCB entre 1959 e 1964. No teatro, além das produções universitárias em que se envolveu como aluno do antigo Conservatório Nacional de Teatro (CNT) – hoje Escola de Teatro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) – fez assistência de direção em espetáculos profissionais, como o infantil “Pla Ple Pli Plutão”, escrito por Sila Moreira, dirigido por Helio Monterrey e encenado no Teatro da Pequena Cruzada, que resiste até hoje em Ipanema. Já no cinema, foi segundo assistente de direção e continuista do filme “Luba: a Morte em três tempos”, o primeiro longa-metragem de Fernando Coni Campos, lançado em 1964. Quatro anos depois, produziu filmetes publicitários para a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM).

Em São Paulo, mesmo clandestino pela VPR, Sanz não parou de trabalhar. Sem informar à organização, que o proibiria, ele participou da montagem da peça “O Evangelho Segundo Zebedeu”, de César Vieira<sup>14</sup>, pelo grupo de teatro do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e deu aula de Artes Cênicas para as secundaristas do Colégio *Sacré-Coeur de Marie*, até ser preso pela repressão.

Luiz Alberto Sanz tinha um objetivo claro: deixar as redações para se tornar cineasta e diretor de teatro. Mas isso exigia uma dedicação que os acontecimentos não lhe permitiram naqueles anos. Ainda em 1966, a notícia da gravidez de Maria Ignês, sua primeira mulher, que esperava o primogênito André Luiz, o levou a se casar e a procurar empregos estáveis com salários melhores. Depois, a entrada na luta armada e a

---

<sup>14</sup> César Vieira é o nome artístico do autor e diretor teatral Idibal Almeida Piveta, que também advogava profissionalmente. Amigo e advogado de Sanz após a sua prisão, Idibal foi um dos fundadores do grupo Teatro Popular União e Olho Vivo. Pioneiro na utilização de processos de criação coletiva, dedicou-se à dramaturgia popular comprometida com o teatro de resistência e, paralelamente, defendeu vários outros presos políticos do regime. Entre eles se destacam Celso Brambilla, Márcia Bassetto Paes e José Maria de Almeida, todos membros da organização trotskista Liga Operária presos em maio de 1977.



prisão contribuíram para afastá-lo momentaneamente do mundo artístico, cujo grau de circulação e exposição dependia da legalidade.

### **No Chile, o cinema como ofício**

Pouco a pouco a rotina no Chile da Unidade Popular devolveu a Sanz, a tranquilidade para recolocar nos trilhos os planos profissionais. Mais do que isso, o socialismo no poder o empolgou, oferecendo novos voos à capacidade criativa. Finalmente, toda a carga política que permeava seus trabalhos poderia não só aparecer com liberdade, como também animava e era animada por uma ampla camada da população e instâncias institucionais.

A recepção no aeroporto, em Santiago, já mostrava o que seriam os próximos três anos para Sanz e todo o grupo de prisioneiros libertados. Na madrugada de 14 de janeiro de 1971, uma multidão de chilenos e exilados brasileiros se aglomerava para saudar os “Setenta Brasileiros” que lutavam contra a ditadura mais precoce da onda autoritária do Cone Sul àquela época. Junto da pista do aeroporto, milhares de estudantes, operários e intelectuais aguardavam pacientemente desde a noite anterior com cartazes e palavras de ordem. Como bem lembrou o militante libertado Umberto Trigueiros Lima, o Mazine, na sacada do aeroporto uma grande faixa dizia: “Marighela Presente”, em referência ao líder comunista Carlos Marighela, comandante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morto no final de 1969 em uma emboscada em São Paulo. Em artigo publicado no site Correio da Cidadania, Mazine narra a experiência:

Amanhecia o dia 14 de janeiro de 1971 quando saímos do aeroporto de Pudahuel em ônibus, escoltados por carabineiros. Amanhecia também aquele novo tempo das nossas vidas e amanhecia o Chile da Unidade Popular, da imensa liberdade, das grandes mobilizações populares, da luta de classes ao vivo e a cores saltando diante dos nossos olhos todos os dias. Pelas ruas de Santiago, a caminho do Parque Cousiño onde ficaríamos alojados, os operários que trabalhavam nas obras do Metrô acenavam para a gente, outros aplaudiam, alguns levantavam os punhos cerrados. Imagens que ficariam para sempre na memória, fotografias de um tempo. Aquele dia parecia infindo, ninguém conseguia pregar um olho, foi um dia enorme, cheio de encontros, de descobertas, de luz. Estávamos bêbados de liberdade e ao mesmo tempo ainda marcados pela sombra da prisão, pelas tristes notícias de mais companheiros covardemente assassinados pelos cães da ditadura. (LIMA, 2011)

Apesar do alívio, Sanz ainda não estava totalmente tranquilo. “Eu não apareço nas imagens. Meu objetivo era viver aquilo, mas observar. Queria muitos mais perceber

o que estava acontecendo do que buscar ser um protagonista”, conta, citando disputa dos companheiros para ver quem desceria primeiro do avião para ter com autoridades, fotógrafos e repórteres. A sensação de desconfiança e vigilância constante, marca psicológica que permaneceria por anos, ainda era muito viva. A postura reservada, segundo ele, também tinha a ver com os pensamentos em Odila, sozinha em São Paulo desde a sua prisão, e nos companheiros que tinham ficado no cárcere, talvez para sempre.

O clima no Chile, porém, era tão inverso ao que ocorria no Brasil, que a angústia logo foi-se amainando frente à esperança de uma vida nova. Os primeiros momentos em Santiago, após a recepção do influente poeta amazonense Thiago de Mello, foram fundamentais. Na saída do aeroporto, quando se preparavam para tomar um ônibus especial para o *Hogar Taller Pedro Henrique Cerda*, a repartição governamental onde o gripo se instalaria, Sanz encontrou uma de suas ex-namoradas, Denise, e a levou para o ônibus. Conversaram por toda a viagem. Ela estava exilada no Chile sozinha com um filho recém-nascido, enquanto o marido, o produtor cultural membro do MR-8 Rodrigo Faria Lima, permanecia preso no Brasil. “Se não me engano, Denise teve a criança lá mesmo, porque se asilou grávida na embaixada chilena quando Rodrigo foi preso” conta Sanz. Poucos dias depois, ele também reencontraria o amigo Fausto, com quem dividira apartamento no Rio de Janeiro e agora trabalhava como fotógrafo.

“Esse sentimento de alívio se tornou mais concreto quando cheguei ao abrigo e procurei um lugar para tomar banho. Os banheiros do interior do prédio estavam todos ocupados, com filas. Então eu desci e me indicaram um no pátio, num jardim, que era usado pelos funcionários do lugar. Havia uma porta de mola dessas que são vazadas e você fica com os pés e a cabeça de fora. Eu estava ali me banhando com uma água fria e vendo aquela manhã de pré-primavera de Santiago, que é uma cidade alta e luminosa. Naquele momento senti o que a Dôra (Maria Auxiliadora Barcellos) descreve nos escritos dela como ‘Chile Cometa, viajando há mil anos e de repente chegando ao céu’”, lembra, com os olhos perdidos. “Surgiu aí um sentimento de que ali poderia ser um novo lar. Eu já tinha a formulação clara de que não voltaria tão cedo para o Brasil”, completa com o olhar de volta ao presente.

A empolgação com o Chile fica ainda mais clara em uma carta que escreveu à família e amigos no dia 25 de janeiro de 1971:

Sabes, velha, sabes velho, sabeis velhas, velhos e crianças; Este Chile é um país extraordinário que, em muitos momentos, me lembra o meu passado não tão longínquo, mas bem mais jovem. O ambiente nas ruas, escolas, fábricas, teatros, bares etc. é de euforia. Uma euforia e um liberalismo para nós estranho. Todas as pessoas falam de tudo e (aqui uma diferença fundamental com o que houve conosco) sabem do que falam. A politização atinge crianças de dez, onze e doze. A gente vai à piscina e se vê cercado deles que conhecem a nossa situação e nos falam do Chile com uma segurança que muitos de nós não têm para falar do Brasil. Outro dia, uns companheiros, convidados por um chileno para irem não sei onde, tomaram um táxi e se surpreenderam com um motorista que lhes falava abertamente sobre o Brasil, sobre o Cangaço, analisava a nossa história. Sem dúvida o Chile é uma lição para nós. Talvez aqui, repetindo Darcy Ribeiro, a gente consiga aprender a ser latino-americano. (SANZ, 1971).

No mesmo relato, Sanz contou sobre a dedicação ao artesanato e a intenção de mergulhar no mundo teatral com a montagem de peças brasileiras, como aquelas escritas pela mãe e pelo amigo Idibal Piveta (pseudônimo César Vieira). Ao último, deixou um pedido: enviar-lhe a peça “Partida de São Silvestre”, um código para driblar os serviços de inteligência e dar sinal verde à ida da esposa Odila, que logo chegaria a Santiago.

Mas não demoraria muito e Sanz seria convidado por Thiago de Mello a dirigir dois curtas-metragens para o Instituto de Capacitação e Investigação da Reforma Agrária (ICIRA) do governo Allende, onde o poeta era chefe do setor de comunicação. O trabalho encaixou-se como uma luva na sua convicção cada vez mais forte sobre a necessidade de diálogo com as massas. Surgiram, então, seus dois primeiros filmes: “*Un solo Color*” e “*Esto se hace, esto hacemos*”<sup>15</sup>. Ambos tratam da luta dos camponeses pelo acesso à terra em que trabalham, e trazem mensagens explícitas, lidas ao fundo por um narrador, sobre a necessidade de união dos trabalhadores *mapuches*, incas e brancos frente aos latifundiários que exploram sua mão de obra.

Tanto o conteúdo quanto a estética, repleta de tomadas dinâmicas, agradou os camponeses e as principais figuras do cinema chileno da época. Mas as imagens de manifestações com cartazes do MIR e camponeses armados irritaram as autoridades do ICIRA e do Partido Socialista, que o controlava, levando-as a recolher os rolos e proibir a exibição.

De fato, já no início de 1971, além de contar com a implacável oposição de setores da direita, o governo Allende ainda tinha de administrar as pressões do MIR, da ala radical do PS e do MAPU por uma “reforma agrária mais drástica”. De acordo com

---

<sup>15</sup> “*Un solo Color*” pode ser visto no site da *Cineteca da Universidad de Chile* porque sua película foi recuperada durante um trabalho de pesquisa e resgate das produções da época realizado pelo Departamento de Cinema da universidade. Já “*Esto se hace, esto hacemos*” é considerado perdido.

o historiador Moniz Bandeira, militantes destes movimentos se adiantavam às ações do governo, promovendo ocupações de propriedade por vezes violentas. Isso, na leitura do governo, só ajudava a campanha dos donos de latifúndios para distorcer a realidade e criminalizar as políticas progressistas do governo.

A crítica ficaria evidente meses depois, no discurso de Salvador Allende ao completar um ano de governo: “Através da História, sempre houve grupos minoritários que não compreenderam as exigências dos processos revolucionários e, com sua irracionalidade, sua falta de clareza, chegaram até a fazer fracassar conjunturas revolucionárias”, disse, citando como exemplo o caso boliviano, “onde a convocação da Assembleia Popular pelos partidos de esquerda açulou a direita e contribuiu para criar o clima que permitiu golpe de Estado, liderado pelo general Hugo Banzer”. Assim, mesmo que a intenção de Sanz não fosse afrontar o núcleo do governo, a reação das autoridades aos seus filmes se insere neste contexto.

De todo jeito, os trabalhos serviram para apresentá-lo àqueles que faziam cinema no país, como o então diretor do Departamento de Cine Experimental Pedro Chaskel. Demasiado interessados nos filmes, na primeira oportunidade, Chaskel e o diretor de fotografia Héctor Ríos decidiram contratar Sanz diretamente como realizador, o que gerou celeuma entre os aspirantes mais antigos à vaga.

O primeiro resultado dessa aposta veio ainda em 1971: “*No es hora de llorar*” (“Não é hora de chorar”, em tradução livre para o português). O filme dirigido conjuntamente por Sanz e Chaskel, constitui um dos mais importantes registros audiovisuais sobre a tortura na ditadura brasileira, ao lado de “*A Report on Torture*”, da dupla norte-americana Haskell Wexler e Saul Landau, também filmado naquele ano. “A primeira proposta do Pedro foi que fizéssemos um filme sobre os ‘Setenta’ e a situação no Brasil. Como tínhamos pouco material e poucos recursos, decidimos que seria um filme com cerca de meia hora em que usaríamos praticamente tudo quanto fosse filmado. Não havia muita sobra de película”, lembra Sanz.

Então, sob a recomendação de total precisão, foram escolhidos para entrevistas cinco companheiros do grupo de banidos: os estudantes Jaime Cardoso (Jaimão), Maria Auxiliadora Lara Barcellos (Dôra) e Wellington Diniz; a funcionária pública Carmela Pezzuti e o operário metalúrgico Roque Aparecido. Alternando com simulações didáticas dos métodos de tortura, todos eles narram em detalhes a violência que sofreram na prisão, após uma curta introdução que problematiza a conjuntura “no país

do futebol e carnaval, com um PIB que cresce a 9,5%, mas, ao mesmo tempo, o país do esquadrão da morte, com mais de três mil presos políticos permanentes”.

“Há pouco tempo eu percebi que escolhi companheiros com a mesma origem política que eu na luta armada, ou seja, VPR e VAR-Palmares. Na época, não pensei nisso. A Carmela entrou fundamentalmente porque tinha a história dos filhos, também militantes, para contar. Tinha o Wellington, que havia sido torturadíssimo e depois foi injustamente expulso da VPR por mau comportamento na cadeia, e o Roque Aparecido, para mim uma figura icônica por ter dirigido a greve de Osasco, em 1968. Ele era um metalúrgico que estudava: a cara do novo operário brasileiro”, lembra Sanz sobre os depoentes do filme que venceu a Palma de Ouro do Festival de Leipzig de 1971, na Alemanha Oriental.

Mas todo o sucesso de crítica e o êxito em denunciar a tortura não apagam da memória o quão doloroso foi todo o processo. A sensação constante de perseguição era aumentada pelos boatos de que a cabeça dos banidos estaria a prêmio no Brasil, e havia toda uma carga de estresse psicológico em registrar um trauma pelo qual ele mesmo tinha passado. “Eu estava nervoso e derrubei um refletor por três vezes. Quebrei as suas lâmpadas especiais, que eram caras e difíceis de encontrar. Sempre tive tremor essencial, mas isso aumentava muito com a tensão”, recorda.

Com esse remexer do trauma concorria também o incômodo de trabalhar junto a realizadores tão experientes sem dominar completamente a técnica. A disparidade fazia com que, muitas vezes, o trabalho de Sanz fosse “avaliado” e não apenas discutido com os demais integrantes de Cine Experimental. Críticas e cobranças vinham ora por erros, ora porque ele ia além do convencional. Um caso marcante foi a montagem de seu segundo filme mais conhecido desse período: “*Unos pocos caracoles*”, que mostra a organização popular sob o governo da UP na *población Caracoles*, na cidade Ancud, destruída por um maremoto em 1960. Em todo o filme, Sanz alterna tomadas curtas de três segundos ou menos para evidenciar, por exemplo, as diferenças entre a vida na capital e na cidade no sul do território. Mantido, o recurso não causa estranhamento hoje, mas, à época, não foi bem recebido pelos colegas.

Por outro lado, essa convivência com profissionais de primeira linha fez de Cine Experimental uma grande escola para Sanz, que se aperfeiçoou conceitual e tecnicamente. Também pesou a tecnologia parca que o forçou a improvisar e dominar mais profundamente as técnicas de montagem. “Não posso dizer que me tornei um cineasta completo, desses que dominam toda a produção, como é o Pedro (Chaskel), o

meu irmão (Sérgio Sanz), o Héctor Ríos ou o Nelson Pereira dos Santos. Eu não sei fazer fotografia e nem câmera, porque minhas mãos tremem horrores. Mas aprendi a montar muito bem no Chile”, explica. E foi lá que ele se descobriu documentarista. “Sempre soube que faria cinema político, mas achava que seriam filmes argumentais ou de ficção, em vez de documentários”, completa.

De acordo com o chileno Leonardo Céspedes, amigo e operador de som de vários filmes de Sanz no Chile e na Suécia, embora já se fizessem documentários, a predileção pelo gênero ganhou mais força em Cine Experimental durante o ano de 1968, quando também crescia numa Europa em convulsão social. Naquela década, os departamentos de cinema da *Universidad Católica* e, principalmente, da *Universidad de Chile* passaram a registrar projetos acadêmicos a fim de justificar sua importância frente às autoridades universitárias e expandir sua atuação na direção daquilo que de fato lhes interessava. No caso de Cine Experimental, isso significava mostrar a realidade da capital Santiago, a rotina dos artesãos e operários. Tudo com um viés de investigação sociológica combinado a uma abordagem artística. “Nasce aí uma nova forma de fazer cinema que se enlaça com o Cinema Novo brasileiro, com o cinema da Revolução Cubana dos anos 1960 e com certo cinema documental que chegava da Europa e assumia uma forma própria latino-americana”, define Leo Céspedes.

A televisão chilena ainda era muito incipiente e as produções do departamento tinham apelo informativo grande junto à população. Isso era reforçado pela criação de uma rede de distribuição e exibição própria, fruto da escassez de recursos. “Como a grande maioria dos filmes só podia ser feita em 16 milímetros, não podíamos exibir nos cinemas, que rodavam 35 mm. Então nós mesmos saíamos com projetores e íamos a sindicatos, escolas e favelas para expor os trabalhos. Assim, ganhamos um público bastante grande e diversificado que, na verdade, nem frequentava o cinema devido ao fator econômico”, explica o operador de áudio, que militava na Juventude Comunista (JC) e trabalhava em Cine Experimental.

Depois, finalmente com a chegada da UP ao poder, em 1970, as atividades dos cineastas da *Universidad de Chile* ganhavam um caráter de política de governo. Barato e de rápida execução, o chamado ‘cine documental’ se encaixava perfeitamente às necessidades de um governo que precisava conquistar o respaldo da população para frear a contestação crescente das camadas conservadoras.

“As pessoas precisavam se identificar com o que fazíamos. Os rostos que estavam lá não eram mais dos ricos, mas delas mesmas mudando o país, melhorando sua vida e comemorando suas vitórias”, comenta Sanz. Como exemplo, ele cita “*Pintando con el pueblo*”, dirigido por Céspedes em 1971. “Nessa película, as pessoas viam gente do povo pintando ao lado dos professores da Escola de Belas Artes. Elas também podiam pintar”. Tratava-se de registrar a experiência das brigadas da JC, formadas por jovens do país inteiro, que saíam à rua para pintar murais sobre os acontecimentos no Chile, antes e durante a Unidade Popular.

Nesse ambiente de militância e criação, Sanz participaria da produção de oito filmes. Além dos citados, destacam-se “*Primeiro de Mayo*”, curta-metragem de cinco minutos que registrou as manifestações do dia do trabalho de 1971, *El extraño caso de los repuestos* e *Obreras en Construcción*, ambos realizados em parceria com a empresa estatal *Chile Films*. O último, sobre a presença da mulher na construção civil, foi interrompido pelo golpe militar de 1973. Tempo de juntar as coisas e partir para um segundo exílio.

### **Na Suécia, mais um recomeço**

O alívio de ter livrado a família das atrocidades do governo Pinochet se contrapunha à sensação de incerteza sobre o futuro na Suécia, desta vez maior pela presença da mulher e do filho. Nas rupturas de rotina anteriores – como a entrada para a clandestinidade, a prisão e a ida para o exílio – Sanz já se relacionava com Odila, mas estava sozinho para efeitos práticos. Além de questões básicas como moradia e sustento, preocupavam também o cenário profissional adverso e as dificuldades impostas à militância pela distância com o Brasil e a América Latina.

Durante os anos em que morou no Chile, Sanz dera uma nova dimensão para a sua atuação política, intrinsecamente ligada à profissão de cineasta. Experimentado, ele tinha absoluta confiança no potencial do cinema como instrumento de mobilização de massas. Mas naquele momento, sem dominar o idioma e possivelmente sem estruturas e contatos identificados com sua causa, temia ficar alijado da profissão que abraçou. O hiato na promissora carreira, sabia, era inevitável.

Logo na chegada ao aeroporto de Estocolmo, o grupo foi recebido por autoridades suecas do Ministério de Relações Exteriores, representantes da diretoria do

Mercado de Trabalho, que tinha *status* de ministério, e do *Chilekommitté* (Comitê Chile), antiga organização civil formada por suecos e chilenos que, depois do golpe, passou a apoiar a resistência naquele país. Esse comitê fiscalizaria as condições de vida dos refugiados e denunciaria a violência da ditadura chilena por meio de passeatas, palestras e o que mais estivesse ao seu alcance. As duas primeiras instâncias juntas formariam o braço do Estado sueco responsável pela adaptação dos refugiados chilenos, ao garantir moradia e alimentação, ensinar a língua sueca e assessorar a busca por trabalho ou o ingresso na universidade. Como não falavam uma palavra do idioma e não tinham um tostão furado no bolso, restava a Sanz e à família confiarem no *staff* sueco e conciliarem as incertezas com as descobertas de um lugar tão diferente.

Foram, então, levados de ônibus para um hotel no centro da capital onde pernoitariam. “Almoçamos no caminho e chegamos ao hotel um pouco depois das três da tarde. Já estava escurecendo. Era finalzinho de outubro, praticamente inverno, por isso fazia muito frio e começava a anoitecer muito cedo”, conta Sanz como se surpreendesse ainda hoje. “Para completar, o hotel ainda ficava ao lado de um cemitério”, descreve, ao rir do cenário sinistro.

No dia seguinte, todos foram levados para o campo de refugiados mantido pelo Mercado de Trabalho em parceria com as Nações Unidas em Alvesta, uma pequena cidade no sul do país, a 440 quilômetros de Estocolmo, e que hoje possui pouco mais de 15 mil habitantes. Durante a viagem, no almoço em um *self-service* à beira da estrada, um novo estranhamento. Diante de pratos grandes que só chegariam ao Brasil décadas depois, colocaram tudo que podiam por não saberem quando surgiria outra oportunidade daquela. “Quando provamos, percebemos que tínhamos misturado a entrada e o prato principal com os doces. Havia umas coisas como suflês que na verdade eram sobremesas. Foi uma experiência gastronômica interessante, um festival de sabores que nos ensinou a frequentar um *buffet* sueco”, lembra sorrindo.

O grupo vinha sendo acompanhado por uma tradutora contratada, uma jovem imigrante chilena que estudava sueco na Universidade de Estocolmo. “Ela dizia como devíamos nos comportar e, também, para não esperarmos bons anfitriões porque os suecos não eram receptivos. Avisava que nos queriam para limpar banheiros e para as fábricas”, recorda. O discurso antipático e precoce desagradou a Sanz naquele momento.

“O campo de refugiados era como esses que vemos nos filmes”, com vários barracões com quartos para solteiros e casas um pouco maiores, com cozinha própria



para casais. Moduladas, as construções ficavam pouco acima do chão e para acessá-las era preciso subir pequenas escadas de madeira. No início, Sanz, Odila e Joca ficaram em um quarto menor até vagar uma habitação para família. “Quando conseguimos mudar, a casa estava impregnada pelo cheiro do molho *curry* e assim ficou até sairmos”, recorda. De fato, antes dos refugiados do regime chileno, as instalações eram ocupadas essencialmente por indianos bengalis, cuja culinária é marcada pelo tempero. Eles haviam sido expulsos<sup>16</sup> de Uganda pela sangrenta ditadura instaurada no país por Idi Amim Dada também em 1971.

Mais uma vez, viviam uma vida provisória. Agora, pelo menos, tinham noção disso: a ideia era que o grupo se adaptasse enquanto aprendia o idioma para ser inserido na sociedade. Por isso, todos os dias, Odila e Sanz deixavam Joca em uma creche no pequeno centro da cidade, enquanto assistiam às aulas de sueco também fora do campo.

A direção do campo dava, diariamente, quatro Coroas Suecas a cada um, dobrando o valor para os fumantes. “A Odila fumava, eu não. Mas inventei que fumava para receber o dinheiro extra, que economizávamos para comprar macarrão e às vezes um vinho argelino, o mais barato que existia”. Adotavam a estratégia para variar um pouco a alimentação, praticamente restrita aos produtos pré-fabricados da *Nestlé* que vinham em uma espécie de cesta-básica. Toda a alimentação infantil seguia esse padrão. “O Joca não comia nada natural, mas pelo menos começou a engordar, ficou mais saudável e se estabilizou”, diz, satisfeito. Para outras necessidades, como roupas e acessórios, o grupo foi levado mais de uma vez a lojas de produtos novos ou casas do Exército da Salvação, onde podiam escolher peças usadas. “Consegui escolher peças boas, em bom estado. Ali aprendemos a lidar com coisas usadas”, recorda.

Assim, pouco a pouco, as novidades deram lugar a uma nova rotina centrada nos estudos. Paralelamente, Sanz participava do esforço de reorganização dos socialistas chilenos, promovendo e frequentando reuniões. Um dos líderes do grupo, ele chegou até mesmo a viajar com as economias do coletivo para a Dinamarca, onde fez contato com outros socialistas e deu palestra sobre a conjuntura.

---

<sup>16</sup> No final do século XIX, milhares de indianos, a maioria de Bangladesh, imigraram para Uganda contratados por colonizadores ingleses para trabalharem na construção de ferrovias que ligariam a capital Mombasa até as cidades de Kisumu e Kampala. A obra durou até 1931 e muitos trabalhadores morreram devido às condições insalubres. Dos sobreviventes, parte retornou à Índia e outros ficaram no país africano, onde estabeleceram família. Alguns destes fundaram negócios que prosperaram e, no início da década de 1970, respondiam por boa parte da economia de Uganda. Isso levou ao crescimento da xenofobia em setores naturais da região, sentimento aproveitado e estimulado pelo General Idi Amim Dada, que passou a perseguir toda a comunidade indiana, inclusive os proletários. Expulsos, muitos se refugiaram em países europeus, sobretudo o Reino Unido.

Ainda assim, as limitações do curso dotaram aqueles meses de um tédio inquietante. “Percebi que nos ensinavam apenas a comprar cigarros, pedir um prato ou paquerar”, diz. A saída, ainda em dezembro de 1973, foi cavar um retorno ao cinema. Contatos no Comitê Chile o levaram ao experiente casal de cineastas Gitta Barbro e Ismail Günes Karabuda, que lhe abriram uma porta no Instituto de Cinema da Suécia. A intenção era reeditar o mote de “*No es hora de llorar*”, contando a história dos refugiados do regime de Pinochet. O esforço, porém, foi em vão. “O cara chegou atrasado e quando um sueco faz isso, é um recado sobre seu desinteresse”, conta o brasileiro sobre o chefe de produção do Instituto, que pediu que voltasse a procurá-lo mais à frente.

Pouco tempo depois da investida frustrada, Sanz abandonou as aulas oferecidas pela direção. Hoje, ele reconhece alguns méritos do programa. Pelo menos dois adultos colombianos analfabetos conseguiram aprender a ler e escrever em sueco, só depois progredindo em sua língua pátria, o espanhol. Mas, de uma perspectiva estritamente pessoal, achava o método repetitivo e superficial. Por isso, passou a reivindicar a transferência para a capital, onde poderia fazer o curso de sueco para estrangeiros da Universidade de Estocolmo.

O campo era gerido por um capitão da Marinha, cuja visão de mundo era pautada na objetividade e disciplina militar. “Ele queria mesmo nos preparar para as fábricas. Achava que éramos como a maioria dos que passaram por ali: proletários que se refugiavam na maioria das vezes por motivos econômicos. Mas a maior parte de nós era formada por intelectuais, estudantes ou profissionais liberais”, reclama.

Diante dessa alienação e também de problemas de ordem prática, como a distribuição desigual de oportunidades e o fim de alguns bônus financeiros, os refugiados organizaram uma paralisação nas atividades do *campus* que durou três dias. Sanz estava na articulação da pequena greve pela convicção de que era preciso defender determinadas posições e interesses do grupo. “Não queríamos deixar os refugiados caírem no caos, ficarem nas mãos da direção do campo, do Estado sueco ou de assistentes sociais que faziam trocas de favores com alguns”, argumenta.

O movimento fez com que algumas autoridades suecas se movimentassem e fossem até o campo para conversar. Além das demandas imediatas, problemas fora da alçada da direção, como a validação de diplomas profissionais, foram tratados. Sanz lembra o caso muito particular dos médicos, que queriam trabalhar na sua área, mas tiveram o pedido negado por não tinham o diploma sueco e não havia acordo de

equivalência com países como o Brasil. “O sindicato dos médicos e as corporações de uma maneira geral eram muito fortes na Suécia. Os médicos suecos não queriam profissionais brasileiros, mesmo sendo alguns deles muito mais preparados. No final acho que nós conseguimos atingir os objetivos, mas o importante para mim foi o movimento em si”, conta ele, que logo obteve a liberação para estudar sueco em Estocolmo.

### **Um país de sistemas**

Aos olhos de Luiz Alberto Sanz, havia, como em toda a Europa, uma campanha pela vinda de mão de obra imigrante, mas isso não foi o mote do asilo concedido aos evadidos do Chile. “O Mercado de Trabalho não agiu de forma premeditada para usar os refugiados”. Foi o governo socialdemocrata, por meio da pasta de Relações Exteriores, que se utilizou da sistemática de imigração para ajudar as vítimas de Pinochet. “A Suécia é um país de sistemas, onde tudo tem um caminho. Nesse caso, a porta de entrada era a Direção do Mercado de Trabalho. E aí é aquela historia: caiu no sistema, o sistema tritura”, analisa.

As boas intenções do Executivo sueco com relação ao Chile eram anteriores ao golpe. A prova está nas páginas da edição 81 da “Revista Europeia de Estudos Latino Americanos e do Caribe”: durante o governo da Unidade Popular, “Chile e Suécia viveram as relações bilaterais mais intensas no âmbito político em toda a sua história” devido a grande simpatia do então premiê sueco Olof Palme pelas transformações socioeconômicas que o governo Allende promovia. “Mas o que mais surpreendia a Palme é que tudo aquilo era realizado por um governo socialista eleito democraticamente nas urnas”, destaca a publicação para detalhar, em seguida, a cooperação econômica entre os dois países, antes, durante e depois da Unidade Popular:

O respaldo a Unidade Popular se traduziu em um importante apoio material e econômico para o Chile. Em fevereiro de 1970, poucos meses antes do triunfo de Salvador Allende, o partido conservador sueco apresentou uma proposta para que o Chile se convertesse em um país receptor de ajuda de cooperação. A proposta foi aprovada e a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI) começou a realizar alguns aportes menores, o que significou que o Chile receberia 1,5 milhão de coroas suecas (US\$ 329 mil) em 1970 e a mesma soma em 1971. Em 1972, o Chile passou a condição de país-programa dentro do sistema sueco de cooperação, e para lá foram destinados 25 milhões de coroas (US\$ 5,4 milhões), ainda que o grosso da quantia tenha se centrado no sustento das importações. Ao mesmo tempo, se enviou um numeroso material para socorrer a *población* que mais havia

sofrido as consequências do terremoto de 1971. Estavam inclusos veículos, geradores elétricos, armazéns infláveis, material sanitário, entre outras coisas. Simultaneamente, se outorgou um crédito para as exportações de 100 milhões de coroas (US\$ 22 milhões). Tudo isso significou um aumento considerável das importações suecas no Chile. (CAMACHO, 2006, p. 26).

O documento também deixa claro que o número de refugiados que seguiam para a Suécia aumentou de 200 para 700 entre setembro de 1971 e janeiro de 1974, em função do “nível que alcançava a repressão”. De 1974 em diante, não havia mais um teto para os asilos, que variava de acordo com as avaliações do Escritório de Imigração da Suécia. Além disso, a colaboração pós-golpe também seria financeira: “entre 1973 e 1990 se destinaram ao Chile mais de 250 milhões de coroas suecas (cerca de US\$ 55 milhões, na média de valores da moeda durante toda a década de 1970) em ajuda humanitária por meio de organismos não governamentais e de solidariedade”. Toda essa ajuda se somava às denúncias sistemáticas de ativistas e autoridades, entre as quais se destacavam o embaixador Harald Edelstam e o próprio premiê Olof Palme. Em discurso no primeiro aniversário de morte de Salvador Allende, o primeiro-ministro foi taxativo:

Agora reina a violência no Chile. O catálogo de brutalidades é atroz. Os avanços sociais de décadas foram pulverizados. Se colocou em marcha uma aniquilação sistemática da sociedade que Allende estava construindo. Dezenas de milhares pessoas foram assassinadas ou desapareceram. Centenas de milhares de operários se lançaram à greve. Para os restantes, têm-se aumentado a jornada de trabalho sem compensação econômica. (GOÑI *apud* CAMACHO, 2006, p. 30).

A oposição do governo sueco ao regime de Pinochet, que se estendia em boa medida pela Europa, incomodava muito os militares chilenos, que colocaram em marcha a “operação verdade”, encabeçada por figuras notáveis do novo regime, que viajavam a vários países para convencer seus governos sobre a necessidade que havia de acabar com a Unidade Popular pelo bem estar do Chile (CAMACHO, 2006). Depois, a estratégia foi complementada com um “contragolpe informativo”, “que consistiu em enviar adidos culturais e de imprensa para as distintas embaixadas chilenas na Europa com numeroso material propagandístico a favor do Chile e seu novo regime” (MUÑOZ *apud* CAMACHO, 2006).

Essa apropriação pragmática dos mecanismos que regulavam a política de imigração pelos socialdemocratas suecos a fim de asilar e receber milhares de refugiados políticos deu origem à diáspora chilena que levou para o país escandinavo mais de 42 mil pessoas contrárias à ditadura comandada por Pinochet. Embora Sanz não

fosse chileno, era considerado um deles. Hoje ele reconhece o esforço pragmático do Executivo sueco dentro do jogo de forças políticas do país.

### **Imigrantes em Estocolmo**

Terminado o período no campo de refugiados, todos foram encaminhados a postos de trabalho por toda a Suécia. A quem quisesse, a direção do Mercado de Trabalho concederia uma bolsa para estudar na universidade ou no equivalente ao segundo grau, na chamada Escola Superior do Povo.

Sanz e Odila foram para a capital, onde se instalaram em um apartamento mobiliado da residência estudantil da Universidade de Estocolmo. Ambos passaram a receber uma espécie de bolsa-empréstimo obtida com a ajuda de assistentes sociais do *Chilekomitté* e do Mercado de Trabalho. Algum tempo depois, mudaram-se para um apartamento maior, financiado pela Prefeitura de Estocolmo. Como desta vez não havia mobília, receberam outro valor para equipar a casa. Mais tarde, quando o casal começasse a trabalhar, todos estes empréstimos deveriam ser pagos em prestações<sup>17</sup>.

Quando terminaram as aulas de sueco para estrangeiros, Odila foi estudar Tradução Sueco/Português e Sanz começou o curso de Teoria e Crítica Teatral. A faculdade de Cinema da universidade não lhe chamou atenção, ao contrário do curso de Cinema do Instituto Dramático da Suécia, um centro de excelência que recebia 10 alunos por ano: quatro para direção, quatro para cenário e dois para fotografia. Sanz chegou a participar da seleção, mas não conseguiu a vaga. “O diretor falou que, por eu já ser um cineasta de cabeça feita, não era tipo de aluno que procuravam e nem o curso me serviria. Disse que preferia como aluno um motorista de caminhão interessado por cinema a um cineasta”, conta.

Durante as férias da faculdade, Sanz começou a trabalhar como estivador no Porto de Estocolmo. Odila arrumou trabalho como faxineira em uma loja de departamento e, depois, foi empacotadora na fábrica de chocolates *Marabou*. Ele descreveu a situação na carta escrita em junho de 1974, publicada no livro “Memórias do exílio”, de 1976:

---

<sup>17</sup> Quando Sanz e Odila voltaram para o Brasil pela Lei da Anistia, em 1979, estas prestações, que já estavam sendo pagas, foram perdoadas porque o casal abriu mão não só do asilo como também do apartamento financiado pelo governo.

Trabalho e ganho bem. Mais do que todos os meus amigos que estão em outras profissões não qualificadas. Sou um Extra hammarbetare, exercendo a categoria de styvelse e ganhando cerca de 20 kronor à hora. Pa portugissika isto quer dizer: sou um trabalhador extra do porto (só se passa a efetivo depois de três meses) trabalhando como estivador e ganhando cerca de 29 kronor por hora (o que significa 232 por dia e 4.640 por mês. É mais ou menos o que ganha um jornalista ou um professor (um diretor de cinema ganha 6.000 kronor – mais ou menos 8.500 cruzeiros – por um filme para a TV) (...). Eu trabalho parte ao ar livre e parte dentro do armazém. O trabalho varia, entre manobrar as operações do guindaste, soltar ganchos, ordenar pequenas caixas, até descarregar caixas e sacas de café, farinha ou similares. Mas a coisa é muito pouco parecida com a forma de trabalho em países latino-americanos. O máximo de distância que a gente tem que aguentar um saco (máximo de 60 quilos) é cinco metros. Em geral caminhamos dois metros. (SANZ, 1976, p. 310).

No texto, como de costume em seus relatos, também arrisca uma análise da Suécia dos anos 1970:

É um capitalismo muito inteligente. Aliás, as coisas aqui são feitas com grande inteligência para que o povo não perceba claramente a exploração que sofre. E isso deixa a esquerda com as calças na mão. Uma incapacidade enorme em constituir-se em alternativa ao poder socialdemocrata parece ser a principal característica da esquerda sueca. As leis trabalhistas são tão desenvolvidas que o Estado paternalista se constitui no máximo de sua opressão: o indivíduo não tem sequer o direito de morrer de fome. O Serviço Social mantém os que não têm emprego, os que nunca trabalharam regularmente, e o seguro-desemprego mantém os que perderam seus empregos. Os seguros de saúde, velhice, etc. e tal mantêm os enfermos, os velhos, as grávidas, as recém-paridas, etc. Os estudantes têm direito a empréstimos de estudo que deverão ser pagos três anos depois de saírem da universidade, desde que o devedor esteja trabalhando (...). E a esquerda segue com alternativas economicistas, sem saber dar o salto qualitativo. A exigência agora é de seis horas com salário de oito. O Capitalismo Sueco pode, muito bem, conceder tais exigências. Não afetará seus enormes lucros – em grande parte produzido nas “colônias” (70% do investimento sueco no exterior está localizado em São Paulo da Garoa), onde tais reivindicações não têm eco. A direita tem conquistado algum terreno, ainda que, neste momento, a social democracia haja solidificado um pouco mais seu prestígio – abalado com a crise do petróleo – em função principalmente do plano internacional (Portugal e Chile, dois opostos). A direita recalca muito no plano interno: inflação, poluição do meio ambiente. (SANZ, 1976, p.311).

Insatisfeito com o trabalho e com adversidades de toda ordem, Sanz começa a buscar alternativas para deixar a Suécia. “Eu e Odila queríamos ir para um lugar onde nos sentíssemos mais úteis, onde pudéssemos falar português e o clima fosse mais ameno, porque, até então, sofríamos muito com o frio”, diz. Manifestações de xenofobia aconteceram, mas foram muito pontuais e não pesaram nessa decisão.

Havia, então, duas opções. Uma delas era a Guiné-Bissau, onde, em setembro de 1973, após dez anos de guerrilha contra o governo colonial português, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) havia declarado

unilateralmente a independência<sup>18</sup>, episódio que inspirava Sanz a escrever um livro de ficção chamado “Bissau-Bissau”, sobre a vida no país. Mais factível, a outra opção era Portugal, em função dos novos ventos democráticos que sopravam após a Revolução dos Cravos, de abril de 1974, que pusera fim aos 41 anos de ditadura de Antônio de Oliveira Salazar.

Assim, em agosto de 1974, Sanz e a família passaram as férias em Portugal, hospedados em uma casa cedida por um amigo, o médico e administrador de projetos da ONU José Ribamar Neves. Por meio dele, Sanz conseguiu contato com membros do Movimento das Forças Armadas, do Partido Comunista Português (PCP) e personalidades do cinema local, no intuito de fazer uma primeira sondagem sobre a mudança para lá. Também naquele ano, exibindo filmes realizados no Chile, participaria do Festival de Cinema de Estoril, mais conhecido como a “Mostra de Cinema de Intervenção”, e voltaria para novo período de férias em Lisboa, desta vez hospedando-se no Hotel do Automóvel Clube, então recém-nacionalizado e administrado pelos trabalhadores.

A essa altura, tudo indicava que em dezembro ou janeiro do ano seguinte, ele e sua família se mudariam para o país ibérico. Em novembro, porém, um golpe interno das alas socialdemocrata e socialista no Movimento das Forças Armadas alijou do aparelho de Estado todo o restante da esquerda, inclusive o PCP, que reunia os principais contatos de Sanz. Com os companheiros fora de combate e alguns até de volta à clandestinidade, os planos de Sanz vão por água abaixo.

Diante de mais um revés, Sanz se convence sobre a necessidade de procurar um emprego estável. Por meio da agência de empregos do Mercado de Trabalho da Suécia, tentou sem sucesso uma vaga na *Scania Vabis*, fabricante de caminhões, ônibus e motores a *diesel*. “Na minha ficha, coloquei que era cineasta e eles não queriam um cara desses lá”, admite. A negativa incomodou nem tanto pelo salário, mas pela oportunidade perdida de estar em contato diário com a classe operária sueca, já que na estiva, a triagem diária o levava a trabalhar com pessoas diferentes em funções variadas todos os dias. “Quando os donos de fábricas, gerentes e capatazes perceberam que aqueles funcionários vindos do Chile eram revolucionários, com consciência política muito mais alta do que o restante, passaram a barrar essas pessoas”.

---

<sup>18</sup> Embora vários países, sobretudo africanos e comunistas, tenham reconhecido a soberania da Guiné-Bissau no final de 1973, Portugal só o faria em 10 de setembro de 1974, quatro meses e meio após a Revolução dos Cravos.

O grau de consciência fica claro no caso de um conhecido de Sanz dominicano, que usava o codinome Napoleón e acabou contratado pela *Scania*. De início, a chefia designou que operasse uma máquina, mas quando viu que trabalhava bem, pediram para cuidar de duas máquinas, o que foi rechaçado. “O que queriam era trabalho em dobro e, portanto, deveriam discutir o salário”, conta. Surpreso diante da postura, o capataz teria argumentado que “imigrantes finlandeses trabalham em até três máquinas”. Napoleón teria rebatido: “Os finlandeses são uns capachos, fazem o que vocês querem. Eu não”. Mas o dominicano não foi demitido. Segundo Sanz, os gerentes receavam que ele pudesse reclamar com o sindicato. De tendência socialdemocrata, os dirigentes sindicais eram ligados ao patronato, mas poderiam tomar alguma atitude.

Embora levasse uma vida financeiramente confortável na Suécia se comparada às condições no Brasil, Sanz e a família sentiam cada vez mais a alienação do sistema socioeconômico sueco, muito eficiente em sacrificar sonhos que não se mostrassem úteis ao seu funcionamento. Como ele mesmo observou na carta escrita em 1974, “a maior taxa de desemprego é entre os profissionais universitários que são, gentilmente, reorientados no sentido de aprenderem uma ‘profissão rentável’, ou seja, soldador (em primeiro lugar), mecânico de máquinas, torneiro mecânico (...)”. Naturalmente, essa faceta pesava ainda mais sobre os imigrantes, quase que totalmente alijados de escolhas plenas sobre sua profissão ou exercício da intelectualidade. As consecutivas portas fechadas em sua cara lhe provaram isso empiricamente.

Como se não bastasse, ainda tinha de lidar com a atmosfera de desconfiança de uma parte da militância brasileira de esquerda, que o julgava ora descompromissado, ora oportunista. “Ainda no Chile, havia um clima de que quem não queria voltar era visto como desbundado ou traidor. Isso ocupava a minha cabeça e meus sentimentos”, confessa. Agora na Suécia, Sanz tinha clara a ideia de que não voltaria antes da anistia. Desde a chegada a Estocolmo, ele fazia questão de se manter politicamente ativo<sup>19</sup> frequentando as reuniões da comunidade brasileira. Nesses encontros semanais, eram organizados panfletos de denúncia à repressão no Brasil, aprovadas posições como o apoio à anistia, e organizadas pequenas festas. Só essa atuação, porém, não era

---

<sup>19</sup> A expressão máxima desse esforço de articulação política aconteceria em 1978, na organização da participação da delegação de Brasileiros que residiam na Suécia para o XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes em Havana (Cuba). Organizado pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), o festival nasceu no pós-segunda guerra mundial para articular a luta anti-imperialista entre as juventudes de partidos comunistas e grupos relacionados de todo o mundo. A última edição aconteceu em 2013, em Quito, no Equador.



suficiente. Como fizera ao longo de toda a vida, Sanz queria dedicar todas as suas horas à militância política. E isso passava necessariamente por fazer filmes.

### **Depois de estiva e chocolate, o Cinema**

No final de 1975, Sanz tinha parado de trabalhar como estivador após um acidente com uma barra de cobre que caiu sobre um dos pés. Recebia o seguro desemprego enquanto procurava uma nova função com a orientação da agência de empregos. Surgiu, então, a oportunidade que ressignificaria de vez o período na Suécia, até então inosso: uma vaga de técnico de manutenção de cópias de filmes subsidiada pelo Mercado de Trabalho na cooperativa de cinema *FilmCentrum*.

Além do trabalho técnico, Sanz também era encarregado de enviar as fitas dos filmes para quem as alugasse, assumindo uma função bem menor que a de realizador, exercida anos antes no Departamento de Cine Experimental da *Universidad de Chile*. Ele sabia disso, mas se resignava diante da possibilidade de respirar novamente o ar do cinema. O salário não era nada mal. Recebia cerca de 5 mil coroas, na época o equivalente a US\$ 1 mil que, combinados a uma série de benefícios por ter um filho pequeno e viver de aluguel, permitiam pequenos luxos como almoçar na rua todos os dias, ir ao cinema e jantar fora esporadicamente. O orçamento mais folgado também possibilitou a mudança para um apartamento maior, com dois quartos e finalmente fora da residência estudantil.

Logo no início, Sanz passou a auxiliar a sueca Maria Cederquist, que trabalhava com a distribuição de filmes latinos, dos quais era íntimo. “Era uma pessoa muito generosa, o que é raro para os suecos”, define. O entrosamento com a equipe o levou a assumir novas funções e ganhar mais autonomia. Com o tempo, tornou-se secretário de informações, responsável pelo contato com outras organizações e a imprensa. Depois, passou a integrar o conselho editorial da revista *Film&TV*, publicada por *FilmCentrum*, para qual escrevia textos sempre revisados pelo amigo cineasta Lars Säfström, hoje editor de assuntos estrangeiros da sueca *Sveriges Television*.

Leonardo Céspedes, o operador de som dos filmes de Sanz no Chile e mais tarde na Suécia, explica que, em meados da década de 1970, o cinema já tinha relevância como atividade profissional no país escandinavo, mas não havia uma produção numerosa: os cerca de 10 projetos realizados todos os anos contavam com financiamento público. Paralelamente, havia uma iniciativa privada ainda muito

incipiente e poucas frentes alternativas como *Filmcentrum*, às margens do sistema oficial. A cooperativa mesclava projetos independentes com outros realizados em parceria com o governo ou empresas, além de manter uma estrutura em parte bancada por cineastas associados e o que chamavam de “público ativo”.

“*Filmcentrum* agrupava uma série de pessoas, em sua maioria jovens, de tendência à esquerda, de apoio a Cuba, à questão latino-americana e à África”, explica Céspedes sobre o grupo que acolheu Sanz e para o qual também prestaria serviços. O chileno ainda conviveu por pouco mais de um ano com a ditadura e foi para a Suécia em 1975. Ele ainda se lembra do dia em que, por sorte, reencontrou o amigo brasileiro, até então perdido. “Entrei em um daqueles ônibus articulados de Estocolmo e vi um gigante sentado no último banco. Era Luiz Alberto. Gritei, ele me respondeu e nos abraçamos”, conta com os olhos marejados.

A nova rotina seguia até que, em meados de 1976, o superior imediato de Sanz deixou a empresa para trabalhar em um cinema na ilha de Gotland, no Mar Báltico. O brasileiro passou então a trabalhar sozinho. Com a abertura de uma vaga, conseguiu indicar Odila, que finalmente pôde deixar a maçante função de empacotadora na fábrica de chocolates. Trabalhando junto, o casal deixava o filho Joca na creche todos os dias de manhã e o buscava nos finais de tarde.

### **Até quando chegar o momento**

No verão daquele ano, que se mostrava pródigo, uma notícia triste pegou de surpresa toda a comunidade brasileira: o suicídio da refugiada política Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Aos 31 anos, Dôra se atirou sobre os trilhos do metrô de Berlim, após um quadro de depressão grave incentivado pela restrição de deslocamento da Justiça alemã. Sanz a conhecia pessoalmente dos tempos de Chile e ficou muito chocado. Afinal, tinham trajetórias semelhantes. Dôra, presa e torturada pela ditadura brasileira, também integrou o grupo dos 70 presos banidos para o Chile em troca do embaixador suíço raptado Giovanni Enrico Bucher. Depois do golpe de Pinochet, buscou asilo no México, na Bélgica, na França e, finalmente, na Alemanha Ocidental.

O episódio do suicídio tomou contornos ainda mais íntimos com a chegada de Reinaldo Guarany, então namorado de Dôra, à Suécia. Ex-militante da ALN, Guarany foi morar com sua irmã Lilliam Cardoso, exilada no país. Amigo de Sanz, ele mesmo e alguns parentes de Dôra propuseram a realização de um filme sobre o caso. Prudente,

Sanz disse que não tinha autonomia para fazer filmes em *Filmcentrum*, mas não hesitou em levar a ideia para o amigo Lars Säfström. O sueco gostou da proposta e, junto aos brasileiros, passou a viabilizá-lo por meio da produtora que mantinha com seu irmão, o fotógrafo Steffan Lindqvist. Nascia aí “Quando chegar o momento”<sup>20</sup>, o primeiro e mais importante filme dirigido por Luiz Alberto Sanz na Suécia.

Com o projeto desenhado, poucos meses depois Sanz e Safstrom conseguiram o financiamento com a televisão sueca, cujo foco de interesse era o suicídio de Dôra. A ideia, porém, não se resumia somente a contar essa história, mas fazê-lo a partir do drama comum a todos os refugiados latino-americanos na Europa. Mais uma vez, indiretamente, Sanz fazia um filme sobre si mesmo. Se em “*No es hora de llorar*” expôs a tortura no Brasil, agora denunciava a escassez de oportunidades dos imigrantes, um problema que persiste até hoje. A veia política do cinema de Luiz Alberto Sanz saltava pulsante novamente. E a angústia de se projetar nos personagens trazia, naturalmente, processos psicológicos que disputavam seu estado de espírito com a satisfação de retornar ao *métier* que amava. Estava mais vivo do que nunca.

Em setembro de 1976, com Sanz temporariamente licenciado de *Filmcentum*, os dois amigos partiram de trem para realizarem a pré-produção na Alemanha e na França. Com um orçamento curto, viajaram durante uma semana, passando por Berlim, Colônia, Bochum e Paris à procura de personagens, locações e imagens de cobertura. As filmagens de fato só aconteceriam em agosto de 1977, quando a equipe de seis pessoas, incluindo o chileno Leonardo Céspedes, partiu de Estocolmo para uma viagem de duas semanas por Alemanha e França, em uma Kombi abarrotada de equipamentos.

“Muitos brasileiros não queriam aparecer no filme. Estavam abalados com o que aconteceu. Na faculdade dela, ninguém quis falar e os alemães eram muito pouco acessíveis”, lembra. A dupla visitou emissoras alemãs em busca de imagens e, apesar das dificuldades, realizou entrevistas com exilados preeminentes, como o jornalista José Maria Rabello, além do militante banido João Carlos Bona Garcia. Ele militara com Sanz na VPR e morava na capital francesa com a mulher Célia Garcia e os filhos.

Outros personagens importantes foram a brasileira Sandra de Sousa, que fazia faxina na Suécia, e o cientista político alemão Gerhard Vowe que, no filme, conta a história da classe operária alemã enquanto dirige uma Kombi pelos subúrbios de

---

<sup>20</sup> O nome foi inspirado na estrofe “Quando chegar o momento/ este meu sofrimento/ vou cobrar com juros (...)” do samba “Apesar de Você” de Chico Buarque de Hollanda.

Bochum. Essas entrevistas seriam costuradas com diálogos entre Sanz e Guarany, que escreveram juntos o roteiro, além de depoimentos antigos da própria Dôra e de Frei Tito de Alencar Lima, extraídos dos filmes “*Brazil, Report on Torture*”, de Saul Landau e Haskell Wexler e “*No es hora de llorar*”.

De volta à Escandinávia, foram feitas tomadas complementares e iniciado um processo de edição e montagem acompanhado pelos executivos da TV sueca, que levaria ainda alguns meses. Originalmente fechado em 66 minutos, o filme sofreu cortes para atender à faixa de programação de 61 minutos. Pré-exibido no XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Cuba, “Quando chegar o momento” *custou 200 mil coroas (cerca de US\$ 44 mil) e foi ao ar no “Canal 1”, às 20h do dia 30 de agosto de 1978, uma quarta-feira. Bem recebido pela crítica, o documentário foi um sucesso de audiência, liderando o ibope da noite. Tanto que foi reprisado dias depois, em pleno horário nobre. Apesar da repercussão na Suécia, devido à censura do regime militar, o filme ficou desconhecido do público brasileiro por muitos anos, quando foi exibido pela primeira vez no país, durante a mostra “Arquivos da Ditadura”, em 2014.*

No período, Luiz Alberto Sanz ainda lançaria dois filmes mais curtos, e também importantes, intitulados “Gregório Bezerra, 76 anos, comunista” (1978) e “Vasos Comunicantes” (1981). O primeiro registra uma conversa com o militante histórico do PCB que, exilado na União Soviética, estava de passagem pela Suécia em outubro de 1977. Já com a saúde frágil, mas absolutamente lúcido, o pernambucano analisa a conjuntura brasileira daquele tempo e faz um relato importante da tortura que sofreu nas mãos dos militares brasileiros. Produzido pela *SLS Film-och Videoproduktion* e distribuído por *Filmcentrum*, o filme de 30 minutos conta com cenas simples de atores que ilustram vez ou outra o depoimento.

“Quase sem recursos, Lars e eu decidimos que era preciso registrar a presença do Gregório em Estocolmo, recolher seu relato. Meu pensamento principal era: ‘meus filhos têm que saber quem foi esse homem notável, de quem fui amigo e tive a honra de militar ao lado’”, declarou Sanz durante a mesma mostra de filmes sobre a ditadura em que exibiu “Dôra”, como gosta de chamar.

Seu último filme realizado na Europa, “Vasos Comunicantes”, contém uma crítica aguda ao que teóricos marxistas chamam de “capitalismo tardio”. Também fruto da parceria com o amigo Lars Säfström, o curta-metragem de sete minutos compara as condições de trabalho de operárias da multinacional sueca *L. M. Ericsson* nas fábricas de Estocolmo e São José dos Campos. Embora trabalhassem na mesma empresa,

desempenhando a mesma função, havia um abismo entre as duas. “A diferença era brutal. Enquanto na Suécia havia uma série de vantagens, como creche para os filhos, no Brasil não tinha nada, nem mesmo delegacias sindicais, obrigatórias em todas as fábricas na Suécia”, denuncia Sanz. O filme atacava em cheio um dos pilares da socialdemocracia sueca, que conciliava os interesses de classe dentro do país, mas chancelava uma lógica imperialista no então chamado “Terceiro Mundo”. Isso, é claro, desagradou aos organizadores da mostra “Suécia 80”, que retiraram o curta da programação, limitando seu potencial enquanto peça política. Nem o fato de o filme ter recebido uma menção honrosa no competitivo Festival de Leipzig amenizou a frustração de Sanz.

De fato, nessa época, ele reconstruía sua carreira no audiovisual, chegando até mesmo a se licenciar mais uma vez de *Filmcentrum* para cobrir férias na TV sueca como montador, primeiro do noticiário e depois de um programa de esportes do “Canal 2”. O destino, porém, não o poupou. Dessa vez, e talvez só dessa vez, Sanz agradeça por mais esta reviravolta: em 28 de agosto de 1979, o então ditador João Batista Figueiredo promulgou a Lei da Anistia, que perdoava os chamados “crimes políticos” e, portanto, permitia o tão sonhado retorno dos refugiados ao Brasil. Pouco mais de três meses depois, em dezembro, Sanz, Odila e Joca voltaram à sua terra natal.

“Hoje, apesar de tudo, posso dizer que tive sorte no exílio, porque consegui trabalhar com o que eu queria, o que não era simples”, afirma com o dedo indicador em riste, sentado na cadeira de balanço que tanto gosta, em Itaipu, Niterói. Foi nesta cidade que, em 1923, um grupo de abnegados fundou o Partido Comunista do Brasil, o PCB.

## REFERÊNCIAS

ABREU JR, J. B. . *As Manobras da Informação - Análise da Cobertura da Luta Armada no Brasil*. 1. ed. Niterói: EdUFF/Mauad, 2000.

BRUM, Mauricio. *O dia final de Salvador Allende*. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/o-dia-final-de-salvador-allende/>>. Acesso em: 08 de jul. 2015.

CAMACHO, Fernando. *Los asilados de las Embajadas de Europa Occidental em Chile tras el golpe militar y sus consecuencias diplomáticas: El caso de Suecia*. *European Review of Latino American and Caribbean Studies*, 2006. Disponível em: <<http://www.erlacs.org/index.php/erlacs/article/view/9646>>. Acesso em: 08 de jul. 2015.

GARCÉS, Joan E. Allende y *La Experiencia Chilena: Las Armas de la Política*. 2. ed. Santiago: Hueders, 2013.

LIMA, Umberto T. *40 anos do voo da Liberdade*. *Correio da Cidadania, Cultura*, 2011. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5409&Itemid=79](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5409&Itemid=79)>. Acesso em: 08 de jul. 2015.

MANSILLA, Manuela. *El asilo político latinoamericano en tiempos de dictadura militar. El asilo ortogado por la Embajada Argentina en Chile durante el gobierno de Pinochet en 1973*. *Universidad Abierta Interamericana*, 2014. Disponível em: <<http://imgbiblio.vaneduc.edu.ar/fulltext/files/TC113842.pdf>>. Acesso em: 08 de jul. 2015.

MELITO, Leandro. *Golpe Militar no Chile completa 40 anos: relembre como foi o dia 11 de setembro de 1973*. *Portal EBC*, 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/09/golpe-militar-no-chile-completa-40-anos-relembre-como-foi-o-dia-11-de>>. Acesso em: 08 de jul. 2015.

MEMORIA ABIERTA. *Carta de Ariel Dorfman al embajador argentino en Chile, Carlos Abihagle*. Disponível em: <[http://www.memoriaabierta.org.ar/recursos\\_ariel\\_dorfman.php](http://www.memoriaabierta.org.ar/recursos_ariel_dorfman.php)>. Acesso em: 08 de jul. 2015.

MIGUEL, Mercedes L. S. *La embajada argentina fue um refugio*. Página 12. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-228895-2013-09-13.html>>. Acesso em: 08 de jul. 2015.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *Fórmula para o Caos: Ascensão e queda de Salvador Allende (1970 - 1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANZ, Luiz A. *Carta Circular aos Amigos e Companheiros a Quem, Relapso, Não Tenho Respondido*. In: CAVALCANTI, Pedro C. U.; RAMOS, Jovelino, (Orgs). *Memórias do Exílio: brasil 1964 -19??*.São Paulo: Livramento, 1978. p.309 – p.319.

SANZ, Luiz A. *Sede da UNE*. In: FERRER, Eliete. (Orgs). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p.96 – p.98.

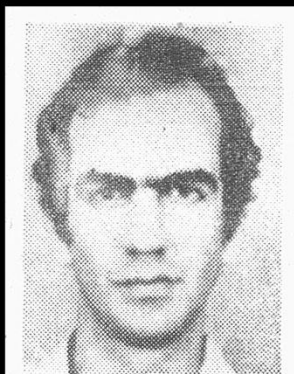
SANZ, Luiz A. Era. *Fragmento: Cultura Brasileira*, Stockholm, nº 1 e 2, 1979.

SANZ, Luiz A. Lá. *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio*, 1978.

SMITH, Yannek E., *Una perspectiva institucional del proceso de asilo para los refugiados y perseguidos políticos en Chile después del Golpe de Estado*. Disponível em: <<http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/11/Asilo-en-Chile-despu%C3%A9s-del-Golpe-Revisado.pdf>>. Acesso em: 08 de jul. 2015.







LUIS ALBERTO BARRETO LEITE SANZ ("Bernardo" ou "Jean") — É jornalista e pertence à VAR-Palmares. Participou de vários congressos da UNE. Redigiu e imprimiu vários panfletos subversivos. Preparou muitos documentos falsos para terroristas. Colaborou como elemento de apoio da "Colina" e VPR e conviveu elementos da proa do terrorismo, como Carlos Lamarca. Comprou e montou um laboratório fotográfico para a organização terrorista.

"Nós temos que ser sempre subversivos,  
subverter a ordem imposta" (Sanz, L.A.)